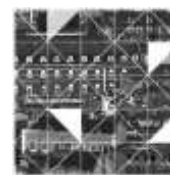

CIDADES, Comunidades e Territórios



Espaços ajardinados do lado norte da Avenida dos Estados Unidos da América. Traços conceptuais na definição de um corredor verde no Bairro de Alvalade (1940-1960)

Jorge da Rosa Neves¹, DINÂMIA'CET-ISCTE, Portugal.
Paulo Tormenta Pinto², DINÂMIA'CET-ISCTE, Portugal.

Resumo

Com suporte na investigação da génese e das características da Estrutura Verde do Bairro de Alvalade, e com incidência na documentação dos arquivos municipais de Lisboa, o artigo observa, no contexto do planeamento e do projeto, os traços conceptuais que, na definição do espaço urbano da Avenida dos Estados Unidos da América, propiciaram a implementação de um Corredor Verde no Bairro de Alvalade e na Cidade.

Partindo do enquadramento da avenida no *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro* (aprovado em 1945) e do *Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa* (elaborado por Étienne De Gröer entre 1938 e 1948), o artigo revisita o crescimento da cidade e as propostas de implantação ao longo da avenida (1951, 1956 e 1959). Em paralelo, elenca os projetos dos conjuntos habitacionais do Bairro influenciados pela publicação em Portugal da *Carta de Atenas* (1948) e pelo surgimento do Movimento Moderno que, no seu conjunto, propiciaram a abertura do logradouro e a redefinição do espaço urbano da avenida.

Num segundo momento, o artigo aborda a conceção do espaço urbano da avenida nos finais da década de 1950 na sequência do ensino da arquitectura paisagista em Portugal a partir de 1942 por Francisco Caldeira Cabral e da sua prática na Câmara Municipal de Lisboa pela primeira geração de técnicos com esta formação específica a partir de 1950, cuja matriz ecológica, artística e aberta à dialética interdisciplinar permitiu explorar os espaços intersticiais do bairro e implantar um corredor verde segundo o conceito de *continuum naturale*.

Palavras-chave: Bairro de Alvalade; dialética projetual; espaço urbano; estrutura verde; parques infantis.

¹ jorge_gabriel_neves@iscte-iul.pt

² paulo.tormenta@iscte-iul.pt

1. Introdução

1.1. O Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa (PGUEL)

A melhoria das condições de implantação da indústria moderna a partir da segunda metade do século XIX acentuou a macrocefalia de Lisboa, evidenciando, no quadro nacional, o fenómeno de emigração e de imigração interna a partir dos territórios rurais mais distantes (Rodrigues, 1995: 59-61). Num quadro de aumento populacional contínuo³, mais expressivo entre 1880 e 1920, Lisboa em 1930 albergava perto de um décimo da população portuguesa, acentuando ainda mais a atratividade da capital (Rodrigues et al., 1991, 301).

Em resposta à carência habitacional decorrente dos fenómenos migratórios, a Câmara Municipal de Lisboa (CML)⁴ promove vários programas de habitação (Costa, 2002: 17) e o governo é obrigado a construir em grande escala “bairros de rendas económicas e de casas para pobres” para limitar as rendas, e mesmo interditar, por decreto, a construção de prédios de rendas elevadas (CML, 1948a: 10), incentivada anteriormente pelo Decreto n.º 15.289 de 30 de Março 1928⁵, com consequente construção de prédios de luxo, aumento de rendas e deslocação da população mais desfavorecida para a periferia.

Com a perspetiva de continuado crescimento populacional⁶ e com vista a interpretar e responder ao fenómeno especulativo, a CML promove em 1934 um ciclo de conferências subordinadas à habitação e, aproveitando a presença do arquiteto urbanista Alfred Agache (1875-1959), promulga o primeiro regulamento relativo à aprovação de Planos de Urbanização Camarários (Decreto-Lei n.º 24.802, de 21 de dezembro de 1934), em substituição da figura anterior dos Planos Gerais de Melhoramento (Costa, 2002: 15-16).

Duarte Pacheco (1900-1943) ao acumular entre 1938 e 1943 a presidência da CML e a pasta de Ministro das Obras Públicas (Marques de Almeida, 2009)⁷, coloca em marcha um vasto programa de edificação de bairros⁸ e de construção de arruamentos como vista a atenuar as necessidades inadiáveis de expansão da cidade. Neste contexto, promove a construção da rede fundamental de Lisboa e as suas ligações para o centro, norte e sul, bem como a construção do aeroporto e a ampliação do porto (Costa, 2002: 17).

Com o objetivo de atribuir coerência funcional e formal à cidade, Duarte Pacheco chama Étienne De Gröer (1882-1974) para ocupar o cargo de «urbanista-conselheiro técnico de câmara», cargo que ocupa entre 1938 e 1940. Durante este período, os estudos dos serviços da CML para as redes das circulações consideram os traçados das grandes vias propostas por De Gröer (CML, 1948a: 1).

Para melhor conhecimento da cidade, De Gröer elabora um programa para o estudo dos elementos analíticos que servirá de base ao estabelecimento do Plano (CML, 1948a: 2). Este estudo, designado por *Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa* (CML, 1938), é elaborado pelo engenheiro António Emídio Abrantes (1888-1970), à altura Chefe de Repartição Técnica da Planta da Cidade (Brito et al., 2007: 165). Neste estudo, Emídio Abrantes integra um conjunto significativo de plantas temáticas, abrangendo a divisão administrativa da cidade, a distribuição das habitações clandestinas, das fábricas e oficinas, a rede de transportes e a cobertura por infraestruturas (água, gás, eletricidade) e serviços (CTT), entre outros aspetos ligados ao relevo e à geografia do território.

Em 1954 o Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU), em planta relativa à distribuição da população na cidade, segundo a previsão de De Gröer de 1948, evidencia a relação entre os traçados das grandes vias de expansão e os

³ População de Lisboa: 1911 – 435.359 hab.; 1920 – 489.667 hab. (República Portuguesa, 1921: 7); 1930 – 594.390 hab. (República Portuguesa, 1933: 122).

⁴ *Planta da Cidade de Lisboa. Planta N.º 5 – Localização das Habitações Clandestinas*, 1953, (CML, 1938).

⁵ Estabelecia “um regime de renda fixa e um subsídio de renda para o senhorio, variável, destinado a compensá-lo das perdas resultantes do facto de ter que praticar uma renda inferior à justa remuneração dos capitais investidos” (IRHU, 2015: 3).

⁶ Confirmada no recenseamento de 1940 a existência de 694.389 hab. (República Portuguesa, 1945).

⁷ Para além deste período Duarte Pacheco ocupou a pasta de Ministro das Obras Públicas e Comunicações entre 1932 e 1936.

⁸ Alvito (1937), Quinta do Jacinto (1937), Alvalade (1938), Belém (1939), Caramão da Ajuda (1938), Quinta das Furnas (1938), Quinta da Calçada (1939), Alto da Serafina (1940), Encarnação (1940), Madre Deus (1942), Campolide (1943), entre outros (Costa, 2002: 17). Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda – 1ª Fase, 1938 (Bento d’ Almeida, 2013: 27)

núcleos a urbanizar⁹. Entre estes, destacam-se o Bairro de Alvalade para 45.000 habitantes (construído a partir de 1946) na continuação do Bairro do Areeiro para 9.000 habitantes [(construído entre 1940 (1ª Fase) e 1948 (2ª Fase)], ambos construídos com o propósito de resolver a escassez da habitação, descentralizar a população e os serviços entre os eixos de expansão da cidade (Lamas, 1993: 284).

Apesar de De Gröer observar em construção bairros e vias, em alguns casos, com traçado por ele sugerido, constata que a construção dos bairros de renda económica pelo Estado como medida de conter o fenómeno especulativo, por si só, é insuficiente, devendo ser complementada pela aplicação do conceito de «zonamento»¹⁰, que considera a base do urbanismo, capaz de promover, pela organização da cidade, a salvaguarda da saúde dos habitantes, a proteção da propriedade privada, bem como refrear ao mesmo tempo a especulação predial (CML, 1948c: 7-13).

1.2. A Av. EUA no Plano De Gröer e no Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro

Retomando a elaboração do Plano Diretor em 1946, após novo contrato, com vista à sua revisão e aprovação¹¹ (Brito et al, 2007: 183), De Gröer estrutura a rede viária articulando circulares concêntricas em torno do centro da cidade com os eixos radiais de desenvolvimento para norte. A Av. EUA, projetada em 1941 pelos serviços da CML como “a grande avenida de circunvalação da cidade” que começaria em Monsanto e se estenderia até às Docas do Poço do Bispo (Costa, 2002: 106), é integrada na 3ª circular do Plano de 1948¹².

A Av. EUA, em complemento de outras vias, para além de servir alguns dos bairros construídos ou em construção, serviria ainda as zonas industriais em expansão, nomeadamente, Alcântara (zona poente) e Xabregas, Marvila e Poço do Bispo (zona nascente)¹³, onde se localizavam as indústrias com maior número de trabalhadores, bem como o Campo Grande (limite poente da avenida) onde se localizava a “Fábrica de lanifícios do Campo Grande” (Alcântara, 2013: 9).

O *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro* foi elaborado entre 1938 e 1944, até 1939 com base nos ensaios de desenho urbano, com continuação em 1941 no *Estudo de Conjunto da Zona Sul da Avenida Alferes Malheiro*. Com a coordenação do arquiteto urbanista João Guilherme Faria da Costa (1906-1971) partir de 1942, o plano é revisto profundamente em 1944 e aprovado separadamente do Plano Diretor no ano seguinte (Costa, 2002: 25-26).

Constituindo-se como plano parcial do *Plano Diretor de Urbanização de Lisboa* (CML, 1945: 2), o *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro* assenta na estrutura viária planeada para a cidade,

⁹ CML. DSUO. GEU. Plano Diretor, Distribuição na Cidade segundo a Previsão do Arquitecto E. De Gröer feita em 1948, Março de 1954, ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/411, p.1.

¹⁰ De Gröer definida “Zonamento” como a divisão da área abrangida por um plano de urbanismo por zonas de diferente regulamentação, em que esta determinava a afetação dos terrenos de uma zona a uma mesma atividade (indústria, comércio, habitação, etc.) e a taxa da sua utilização (CML, 1948c: 7)

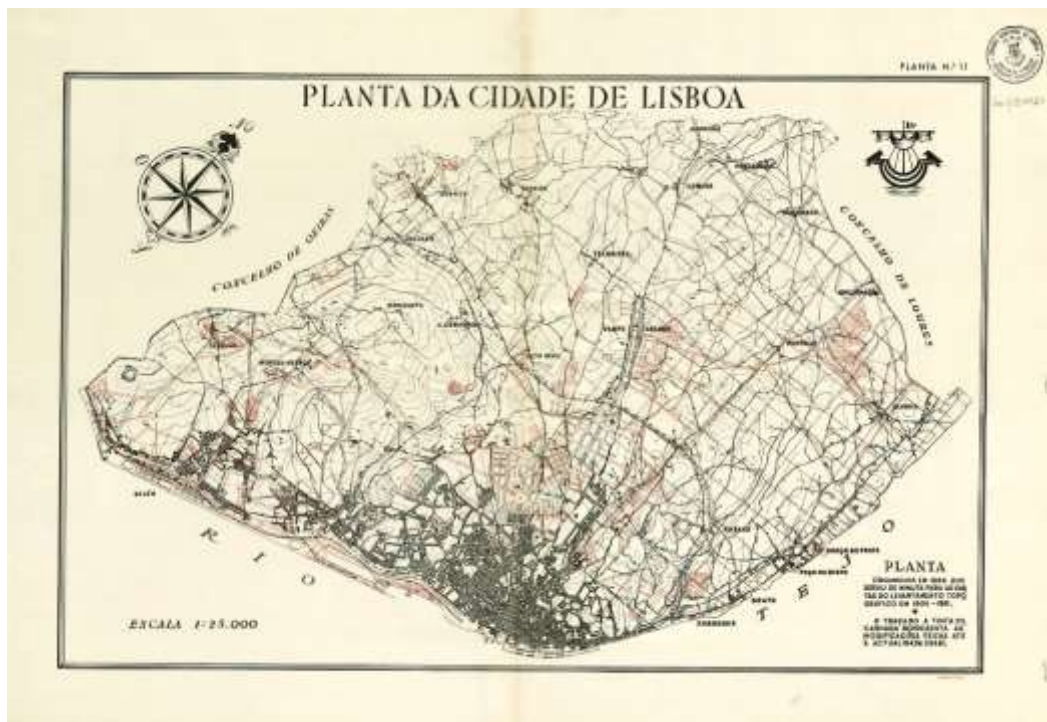
¹¹ Apesar de concluído por De Gröer em 1948, nunca chegou a ser aprovado pelo Governo (Silva, 1986: 379).

¹² Primeira Circular (mais interior) entre a Av. 24 de Julho 1833 e Stª. Apolónia, integrando a Av. Infante Santo, o L. do Rato, as ruas Alexandre Herculano, Joaquim Bonifácio e Jacinta Marto, Forno do Tijolo e Rua dos Sapadores; Segunda Circular entre Alcântara e Xabregas, integrando a Av. Calouste Gulbenkian, Av. Berna, Av. João XXI, com passagem na Rotunda do Areeiro e entre o Alto de São João e o Bairro Madre de Deus; Terceira Circular entre a Praça General Humberto Delgado (Praça de Sete Rios até 1979) e o Poço do Bispo, integrando a Av. 28 de Maio (Av. das Forças Armadas após 1974) e a Av. EUA até à Av. Aeroporto (Almirante Gago Coutinho após 1960), com ligação ao Beato e ao Poço do Bispo com traçado a poente de Marvila e a nascente do Bairro Madre de Deus. Quarta Circular entre Pina Manique e o Cabo Ruivo, integrando a Av. Marechal Carmona (Av. General Norton de Matos após 1974) entre a Estrada de Benfica a o Campo 28 de Maio (atual Campo Grande), a Av. Marechal Craveiro Lopes entre o Campo 28 de Maio e a Praça do Aeroporto (vulgo Rotunda do Aeroporto) e a Av. de Cabo Ruivo (Av. Marechal Gomes da Costa após 1966) entre a Praça do Aeroporto e o Cabo Ruivo; Quinta Circular entre Pina Manique e Moscavide, com passagem por Benfica, Pontinha, Paço do Lumiar, Lumiar e a norte do aeroporto por Ameixoeira e Charneca, infletindo posteriormente para Moscavide com passagem a nascente do Bairro da Encarnação. Eixo da Av. da Liberdade – Av. António Augusto de Aguiar e seu prolongamento com saída de Lisboa pelo Lumiar através da Praça Mouzinho de Albuquerque (atual Praça de Entrecampos). Eixo do prolongamento da Av. Almirante Reis com saída da cidade pela Encarnação, através do seu limite Nascente (Câmara, 1948d). Consultar em *Evolução do Planeamento Urbano de Lisboa o Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa - PGUEL* (Étienne de Gröer) – 1948, disponível em <https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/evolucao>

¹³ *Planta da Cidade de Lisboa. Planta N.º 5 – Localização das Principais Fábricas e Oficinas*, 1953, que acompanha o relatório “Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade” (CML, 1938), ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/12/01/15, p.1.

integrando assim a Av. EUA já em construção por altura da sua aprovação (CML, 1945: 6). Considerando igualmente a Av. Roma, em construção, Faria da Costa estrutura o plano em oito células habitacionais com base na articulação das vias que o delimitam e o atravessam¹⁴ e a aplicação do conceito de «Unidade de Vizinhaça»¹⁵ em torno das escolas (CML, 1945: 12-13)¹⁶. Faria da Costa ao assumir a Av. EUA como uma das artérias principais do plano, prevê, com o objetivo de o viabilizar economicamente, habitação de renda não limitada¹⁷ em toda a sua extensão e para ambos os lados (à exceção do topo norte da RUA Guilhermina Suggia, no lado sul)¹⁸, compensando assim áreas de habitação menos valorizáveis (CML, 1945:14).

Figura 1. Implantação do Bairro de Alvalade na Planta da Cidade (1948)



Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Ref. PT/AMLSB/CB/13/27, p1.
Nota: Traçado da Av. EUA ainda sem continuidade para nascente e poente.

1.3. O Movimento Moderno no Bairro de Alvalade

A Carta de Atenas (1933), saída do 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) assume como causas principais da insalubridade da habitação e da fraca qualidade de vida das cidades, a excessiva densificação do tecido urbano, a edificação em quarteirão (penalizadora das horas de Sol em grande parte dos edifícios) e a escassez de espaços livres na proximidade da habitação. Como solução, propõe a edificação em altura, tendo em consideração a orientação solar e em posição perpendicular ou oblíqua aos eixos viários de maior movimento e

¹⁴ Delimitado pela Av. República e as ruas Oriental e Ocidental do Campo 28 de Maio a Poente, a Av. Alferes Malheiro a Norte (Av. do Brasil após 1948) a Norte, a artéria de prolongamento da Av. Almirante Reis (atualmente Av. Almirante Gago Coutinho) a Poente e pelo Caminho-de-Ferro a Sul. Atravessado pelas avenidas dos EUA, da Igreja, Rio de Janeiro e de Roma.

¹⁵ Conceito definido pelo arquiteto urbanista Clarence Perry (1872-1944) que pretendia recriar em unidades territoriais as relações de proximidade perdidas na Cidade Moderna, pela criação de áreas residenciais em torno das escolas e dos equipamentos cívicos.

¹⁶ *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro - Esquema da Distribuição dos Diferentes Tipos de Edifícios* (Esc. 1/2.500). AML, ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0545.p.2, com sobreposição da numeração das células habitacionais.

¹⁷ Em contraponto à habitação de renda limitada, regulada pelo Decreto-Lei Nº 36:212 de 7 de Abril de 1947, que se distingue dos restantes regimes pelo facto do valor não poder exceder determinadas quantias.

¹⁸ *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro - Esquema de Utilização do Solo* (Esc. 1/2500). AML, ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0837, p.2.

servida por extensas áreas verdes. O zonamento marcadamente funcional surge como estratégia para a separação, entre si, das áreas residenciais, de lazer e de trabalho, bem como para a circulação hierarquizada entre estas áreas.

A edificação segundo os objetivos da *Carta de Atenas*, subjugados à lógica da unidade da habitação, promove a separação entre os edifícios e o espaço exterior cuja identidade é relegada para segundo plano, passando a constituir o espaço residencial dos edifícios. Por outro lado, com a abertura do quarteirão, o jardim localizado no seu interior dá lugar ao espaço verde de enquadramento dos edifícios, de cariz naturalizado, concebido na continuação dos espaços menos construídos segundo as correntes ecológicas (Magalhães, 2001: 117-119).

Durante este período, a arquitetura paisagista concebe o espaço urbano, tal como a arquitetura, segundo uma perspetiva estrita das suas funções de uso, incluindo entre estas a função ecológica. No entanto, a abordagem formal não aplica os conceitos que caracterizaram a arquitetura de tendência racionalista, em que as formas predominantemente utilizadas se baseavam na geometria euclidiana. A arquitetura paisagista compatibiliza quase sempre a linha reta com curva e as estruturas edificadas com a natureza (Magalhães, 2001: 108).

Com a publicação da tradução da *Carta de Atenas* na revista *Arquitectura – Revista de Arte e Construção* a partir de 1948 (Costa, 1948)¹⁹ e a realização do 1º Congresso Nacional de Arquitectura durante o mesmo ano, o Movimento Moderno ganha novo fôlego (Costa, 2002: 21), surgindo logo em 1949 no Bairro de Alvalade os primeiros estudos de conjunto com uma linguagem arquitetónica próxima deste movimento, nomeadamente, por Joaquim Ferreira (1911-1966) no Conjunto Habitacional da Av. Dom Rodrigo da Cunha (Costa, 2002: 95-99) e por Ruy D' Athouguia (1917-2006) e Formosinho Sanches (1922-2004) no Bairro de S. João de Deus (Costa, 2002: 99-103), posteriormente conhecido como Bairro das Estacas.

Nestes dois conjuntos habitacionais, os blocos foram implantados perpendicularmente às vias, originando espaços entre estes de contorno retangular, pensados numa lógica de fruição em comum, até aqui inexistente no Bairro. Ambos os conjuntos beneficiaram de projetos de arborização e ajardinamento elaborados na 3ª Repartição – Arborização e Jardinagem da DST-E em 1953 por Ribeiro Telles²⁰. A abordagem do autor nos dois projetos, no caso do projeto do Bairro das Estacas em complemento de uma primeira abordagem por Ruy D' Athouguia e Formosinho Sanches, constitui uma rotura na abordagem ao logradouro no Bairro de Alvalade ao conferir-lhes condições de fruição pública e de permeabilidade à implementação da Estrutura Verde do Bairro (Neves et al, 2018: 25-28).

Para o processo de abertura do logradouro à fruição pública terão contribuído as propostas de De Gröer (PDUL-1948) de modernização do regulamento urbano, por só assim considerar possível edificar de acordo com as exigências de higiene e do urbanismo contemporâneo. Com vista a contrariar a densidade excessiva dos quarteirões e as condições de insalubridade dos seus logradouros, penalizada pela construção em profundidade e altura dos prédios, propõe, entre outras medidas, a edificação em ordem descontínua (mesmo quando destinada a habitação coletiva) e a proibição de construção de prédios com pátios fechados ou saguões (CML, 1948e: 42-49).

Em Alvalade, a deteção de focos de insalubridade nos logradouros particulares das Células 1 e 2 nos finais da década de 1940, com conseqüente desvalorização da habitação dos pisos térreos (Costa, 2002: 96-98), terá sido crucial para o processo de abertura do logradouro nos dois conjuntos habitacionais acima mencionados, generalizada em ambos os lados da Av. EUA a partir de 1951 (Figura 2) e no Conjunto do Montepio Geral na Av. do Brasil de Jorge Segurado (1988-1990) a partir de 1958.

¹⁹ Pontos 1 a 5 no nº 20 de fevereiro de 1948; pontos 6 a 8 no nº 21 de março de 1948; pontos 9 a 16 no nº 22 de abril de 1948; pontos 17 a 27 no nº 23/24 de maio/junho de 1948; pontos 29 a 33 no nº 25 de julho de 1948; pontos 34 a 41 no nº 26 de agosto/setembro de 1948; pontos 42 a 51 no nº 27 de outubro/dezembro de 1948; pontos 52 a 62 no nº 28 de janeiro de 1949; pontos 63 a 71 no nº 29 de fevereiro/março de 1949; pontos 72 a 81 no nº 30 de abril/maio de 1949; pontos 82 a 91 no nº 31 de junho/julho de 1949.

²⁰ CML \ DST-E \ 3ª Repartição. *Ajardinado da Avenida D. Rodrigo da Cunha*, 1953; *Projecto de Ajardinamento da Zona Comercial na Célula 8 (Alvalade)*, 1953. AML.

Figura 2. Planta de Divisão em Lotes dos Terrenos Situados na Av. Estados Unidos do Norte e no Cruzamento desta Avenida com a Av. Roma, 1951



Fonte: AML, ref. PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/04051, p.13.

Nota: Esc. 1/1.000.

Enquanto a implantação perpendicular dos edifícios à via se encontrava prevista para o lado norte da Av. EUA desde o *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro* (1945), como medida de proteção do ruído e da poluição (Costa, 2002: 106), o mesmo não acontecia nos conjuntos habitacionais da Av. Dom Rodrigo da Cunha e da Av. Brasil, para onde se previam, respetivamente, edificações contínuas ao longo da via e moradias unifamiliares²¹.

O primeiro estudo de ocupação para a Av. EUA ocorre em 1953, quando o arquiteto Joaquim Santiago Areal e Silva apresenta a proposta para o troço entre as avenidas de Roma e Rio de Janeiro com cinco blocos de nove pisos perpendiculares à via e edifícios de quatro pisos no topo norte do logradouro²² com implantação paralela à RUA Epifânio Dias. Dois anos depois, é desenvolvido o projeto com apenas quatro blocos perpendiculares à via, com acréscimo em número de pisos (Costa, 2002: 115-116). Para o facto, não será de excluir os méritos dos projetos dos ajardinados dos conjuntos habitacionais da Av. Dom Rodrigo da Cunha e do Bairro das Estacas onde a interdisciplinaridade arquitetónica terá ficado patente, apesar do desfasamento temporal.

Em 1954, os arquitetos Manuel Laginha (1919-1985), Vasconcelos Esteves (1921-2014) e Pedro Cid (1925-1983) elaboram o estudo de ocupação para o troço entre as avenidas do Aeroporto (atual Avenida Gago Coutinho) e Rio de Janeiro, elaborando no ano seguinte os projetos de arquitetura dos lotes (Costa, 2002: 118-119)²³.

Igualmente em 1954, os arquitetos Lucínio Cruz (1914-1999), Alberto Ayres Braga de Sousa e Mário Gonçalves Oliveira (1914-2013) projetam os blocos de rendimento para o troço entre a Praça Mouzinho de Albuquerque (atual Praça de Entrecampos) e a Av. Roma, com cinco blocos perpendiculares entre a avenida e a RUA António Patrício. Dois anos depois deste primeiro estudo, tal como aconteceu para o troço anteriormente referido, é desenvolvido o projeto com menos um bloco, com aumento do número de pisos por bloco (Costa, 2002: 110-114).

Em Novembro de 1955 é aprovado o anteprojecto para o troço compreendido entre as ruas Diogo Bernardes e Frei Tomé de Jesus da autoria dos arquitetos Croft de Moura, Henrique Albino (1921-2003) e Craveiro Lopes (1921-1972)²⁴ substituindo um primeiro estudo de 1951-52 dos arquitetos João Simões (1908-1993), Francisco Castro Rodrigues (1920-2015), José Huertas Lobo (1914-1987), Celestino de Castro (1920-2007) e Hernâni Gandra (1914-1988) (Costa, 2002: 116-117).

²¹ *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro - Esquema da Distribuição dos Diferentes Tipos de Edifícios* (Esc. 1/2500). AML, ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0545,p.3.

²² Os espaços resultantes da abertura do logradouro continuam a ser referenciados na tramitação dos processos na CML como «logradouros». Costa refere-se a estes espaços como «logradouros» no contexto da Av. D. Rodrigo da Cunha, como «Espaços de Logradouro Públicos» no contexto do Bairro das Estacas (Costa, 2002: 98) e como «Logradouros Públicos Ajardinados» no contexto dos conjuntos habitacionais do Lado Norte da Avenida dos EUA (Costa, 2002: 110). No âmbito deste artigo, utiliza-se a designação dominante nas respetivas peças de projeto.

²³ Imagem do conjunto habitacional entre as avenidas do Aeroporto e Rio de Janeiro, 1960. AML | Núcleo Fotográfico, ref. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/I00441.

²⁴ Seguindo a implantação prevista na Planta de Divisão de Lotes, 1951 (Fig. 2).

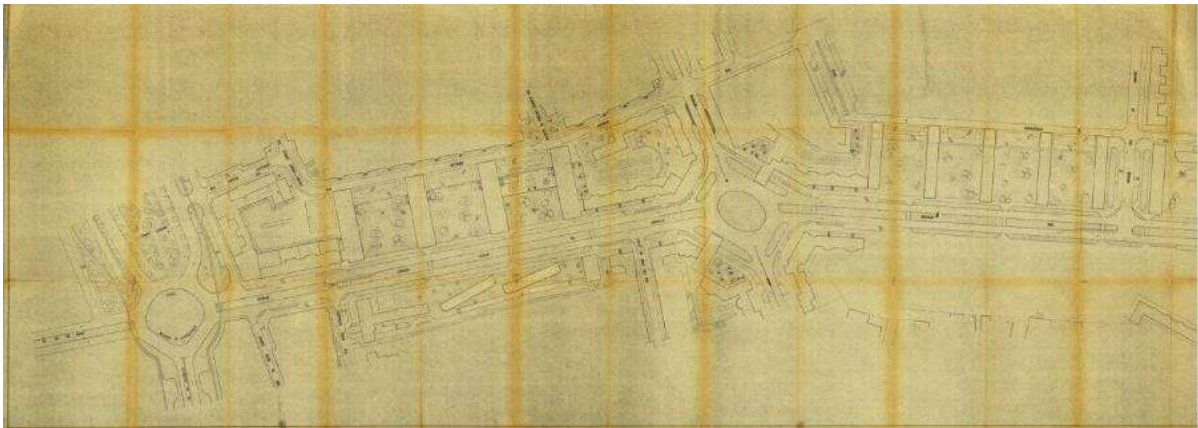
Em 1956 é apresentada nova implantação para a Av. EUA (Figura 3)²⁵ com a representação dos conjuntos habitacionais de Filipe Figueiredo (1913-1989) e de Jorge Segurado (1898-1990) para o cruzamento com a Av. Roma, assim como os troços entre a Av. Roma e a Praça Mouzinho de Albuquerque [lado norte (Zona I) e lado sul (Zona II)] e entre as avenidas Rio de Janeiro e do Aeroporto (Zona IV) já em construção. Por esta altura, o troço entre as avenidas Rio de Janeiro e de Roma [lado norte (Zona III)] encontrava-se em estudo e do lado sul (Zona V) ainda por iniciar (Costa, 2002: 117). Neste estudo ainda se observam os cinco blocos do conjunto habitacional do lado norte do troço entre as avenidas de Roma e Rio de Janeiro, o que não irá ocorrer na planta de trabalho de 1959 (Figura 4)²⁶.

Comparando as plantas de 1951 e 1956, constata-se que, na segunda, à exceção do troço entre as avenidas do Aeroporto e Rio de Janeiro, não se encontram representados os blocos que rematam os logradouros a norte, prevendo-se em sua substituição bolsas para estacionamento. Em 1959 esta opção é revertida no troço entre as avenidas Rio de Janeiro e de Roma, passando o estacionamento a nascente da Av. Roma a ocorrer apenas ao longo das ruas Silva e Albuquerque e Epifânio Dias, tal como ao longo da avenida.

Por comparação entre as duas plantas foi possível detetar a representação (1956) e a delimitação (1959) de um parque infantil no logradouro nascente do troço entre a Praça Mouzinho de Albuquerque e a Av. Roma, não concretizado em fase de projeto, como à frente se comprova neste artigo.

A planta de 1959 apresenta a implantação dos conjuntos habitacionais de acordo com os projetos de arquitetura anteriormente referidos, verificando-se ainda por ocupar o espaço do lado sul da avenida entre as avenidas de Roma e do Aeroporto, definido a partir de 1962 pelo arquiteto Leonardo Castro Freire (1917-1970), alinhando os três primeiros edifícios com os edifícios propostos para o lado norte. Para nascente, é retomado o alinhamento dos blocos em posição paralela à avenida (Costa, 2002: 117-21).

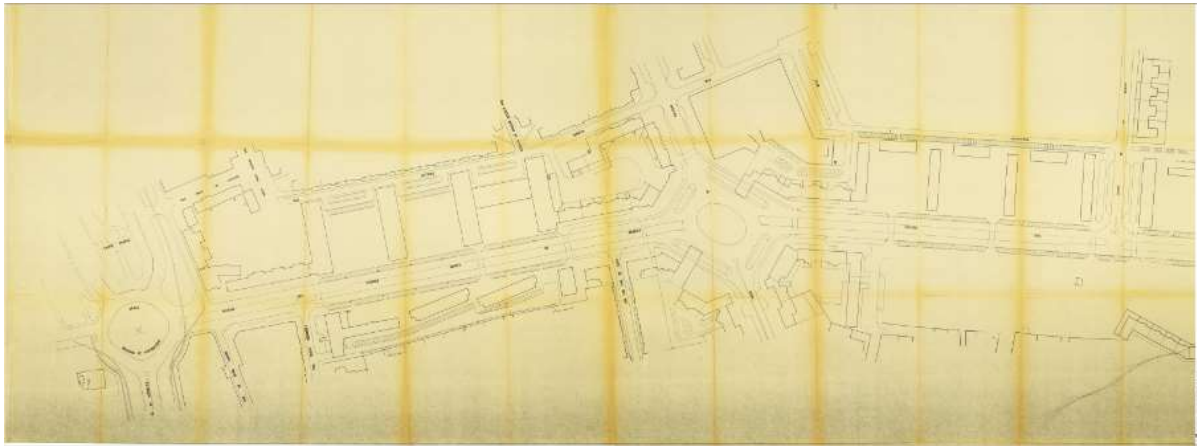
Figura 3. Avenida dos Estados Unidos da América. Planta de Apresentação (1956)



Fonte: AML, ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0248, p.13.
Nota: CML \ DSUO \ 1ª Repartição – Urbanização e Expropriação.
Desenho n.º 7387/10.11 e 12N/E, Esc. 1/500.

²⁵ Observar em continuidade o desenho n.º 7387/10.11 e 12N/E, Esc. 1/500. AML, ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0248, p.13A.

²⁶ Observar em continuidade o desenho n.º 8637-10,11 e 12N/E, Esc. 1/500. AML, ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0244, p.10A.

Figura 4. Av. EUA. Planta de Trabalhos (1959)

Fonte: AML, ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/0244, p.10.
 Nota: CML \ DSUO \ 1ª Repartição – Urbanização e Expropriação.
 Desenho n.º 8637-10,11 e 12N/E, Esc. 1/500.

O Movimento Moderno em Lisboa na primeira metade da década de 1950 é ainda marcado pelo «Bloco das Águas Livres» (1953) de Nuno Teotónio Pereira (n1922) e de Bartolomeu Costa Cabral (n1929) e pelo conjunto da Avenida Infante Santo (1955) de Alberto Pessoa (1919-1985), H. Gandra e João Abel Manta (n1925) (Tostões, 1994: 63-71), com projeto de arborização e ajardinamento de Ribeiro Telles²⁷. Três anos mais tarde, o mesmo autor irá projetar os ajardinados do lado poente da avenida²⁸.

A elaboração dos projetos acima mencionados por Ribeiro Telles, ainda que com algum desfasamento temporal dos projetos de arquitetura, permite-lhe identificar os propósitos da arquitetura do Movimento Moderno, bem como estudar a resposta à nova tipologia de espaço urbano, “logradouro público entre blocos Habitacionais com topo ou topos expostos ao arruamento”. Este percurso, simultaneamente em contexto de cidade consolidada e de cidade que se expande (Bairro de Alvalade), permite-lhe, em função da localização, da orientação e da altura dos blocos e dos espaços urbanos por estes gerados, experienciar opções de organização do espaço, de pavimentação e de utilização da vegetação que serão determinantes na definição dos ajardinados na Av. EUA entre 1957-59, que de forma mais detalhada se abordará mais à frente neste artigo.

1.4. Gonçalo Ribeiro Telles na 3ª Repartição – Arborização e Jardinagem da Direção dos Serviços Técnicos-Especiais.

Ribeiro Telles integra a equipa de técnicos da CML em 1950, sucedendo a Manuel de Azevedo Coutinho (1921-1992) igualmente neste ano (Bettencourt da Câmara, 2015: 69-70), após terem terminado em 1948 o curso livre de arquitectura paisagista ministrado a partir de 1942 pelo Professor Francisco Caldeira Cabral (1908-1992) no Instituto Superior de Agronomia (ISA), onde se licenciou em 1936.

Caldeira Cabral, recém-chegado a Portugal (1939) após ter concluído o curso de arquitetura paisagista em Berlim sob a orientação do Mestre Professor Wipking (Caldeira Cabral, 1993: 14), transfere para Portugal a doutrina da escola de Berlim que, relativamente ao Modernismo, recusava o classicismo como abordagem formal, transpondo o conceito romântico de paisagem para uma visão mais utilitária da mesma. Ou seja, esbate o peso dos valores simbólicos da paisagem, substituindo-os por pressupostos ecológicos e funcionais. A paisagem natural reproduzida

²⁷ CML \ DST-E \ 3ª Repartição. *Avenida Infante Santo. Projecto de Espaços Verdes*, 1957; *Avenida Infante Santo. Projecto dos Ajardinados entre os Blocos (Lado Nascente)*, 1958. AML.

²⁸ CML \ DST-E \ 3ª Repartição. *Avenida Infante Santo. Jardim Poente*, 1960; *Jardim Poente da Avenida Infante Santo (Alteração)*, 1960. AML.

pelo Romantismo passa a ser substituída por uma expressão naturalista de objetivos utilitários, numa lógica de subordinação dos princípios ecológicos à conceção de estética romântica (Magalhães, 2001: 122).

Da herança de Caldeira Cabral merece destaque a introdução do conceito de *continuum naturale* que visava a preservação das estruturas fundamentais da paisagem e a sua penetração no tecido edificado de forma tentacular e contínua através de corredores verdes, com tradução em espaços de lazer e recreio, de enquadramento de infraestruturas, assim como na arborização de ruas e praças (Magalhães, 2001: 107). Com a aplicação do conceito de *continuum naturale*, integra-se o conhecimento ecológico, mais tarde integrado na «Ecologia da Paisagem», em substituição do «pulmão» da cidade, que se considerava ultrapassado (Magalhães, 2001: 127-128). Intrínseca às preocupações ecológicas surge a utilização de vegetação espontânea e adaptada ao local (com maior resiliência e com menores custos de construção e de manutenção), em detrimento da utilização de espécies exóticas que marcaram os jardins botânicos a partir do início do Século XVI (Magalhães, 2001: 110-111).

Integrado na 3ª Repartição – Arborização e Jardinagem (RAJ) da DST-E sob a chefia do engenheiro silvicultor José D’Orta Cano Pulido Garcia (1904-1983) Ribeiro Telles irá desenvolver intensa atividade projetual, concretizada nos genericamente designados “Projeto de Arborização e Ajardinamento” os quais passam a ser assinados com referência à especialidade de “Engenheiro Agrónomo com o Curso Livre de Arquitectura Paisagista”.

No Bairro de Alvalade, o projeto de arborização que deu origem à Mata de Alvalade²⁹ (atualmente Parque José Gomes Ferreira), constituiu um dos seus primeiros projetos e o de maior área. Reconhecendo a importância da Mata para o Bairro como espaço de recreio, de descompressão urbana e como ancoradouro de futuros corredores verdes, Ribeiro Telles aquando da elaboração de projetos ao longo das avenidas do Aeroporto³⁰ e do Brasil³¹, estabelece continuidade através da disposição da vegetação e da escolha do efetivo botânico.

Após a Mata de Alvalade, os projetos do autor no Bairro incidem sobre a arborização e o ajardinamento dos quarteirões, merecendo referência os projetos para a Célula 7³² onde, a par dos aspetos estéticos, explora a aplicação do *continuum naturale* entre praças, gavetos e pequenos logradouros (canteiros) fronteiros aos edifícios.

Neste percurso, Ribeiro Telles experiencia, dentro do Bairro, escalas de projeto diversas, desde as pequenas praças e gavetos, ao jardim público³³, às áreas de enquadramento a edifícios de culto religioso³⁴ ou ao parque (Mata de Alvalade, 1951 e 1955), exemplos que se enquadram nas tipologias definidas para os espaços livres no PDUL-1948 por De Gröer O «Parque» quando a dimensão excedesse os dez hectares, o «Jardim» quando excedesse um hectare e *Squares* (pequenos jardins decorativos) quando a dimensão fosse inferior. Espaços livres de área ainda mais reduzida deveriam ser consideradas como decorativos dos arruamentos (CML, 1948b: 71).

Ribeiro Telles, ao projetar para o Bairro de Alvalade e em simultâneo para outras zonas de expansão da cidade, como Belém, Benfica e Encarnação,³⁵ entre outras, mas igualmente na cidade consolidada³⁶, observa em contínuo

²⁹ CML. DST-E. 3ª Repartição. *Projecto de Arborização do Triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto*, 1950-51. AML.

³⁰ CML. DST-E. 3ª Repartição. *Construção de Ajardinados nas Placas Centrais da Avenida do Aeroporto*, 1951; *Projecto de Remodelação da Placa da Rotunda do Aeroporto*, 1953. AML.

³¹ CML. DST-E. 3ª Repartição. *Projecto dos Caminhos de Peões da Avenida do Brasil (Troço entre a Praça do Aeroporto e a Estrada da Portela)*, 1959. AML.

³² CML. DST-E. 3ª Repartição. *Projecto de Ajardinado, para a Praceta da Rua 50 da Célula 7 do Sítio de Alvalade (Praça Francisco de Moraes)*, 1951-52; *Projecto de um Ajardinado para a Praça da Rua n.º 50ª do Bairro de Alvalade (Praça Gonçalo Trancoso)*, 1952; *Projecto de um Ajardinado para a Praça da Rua n.º 48 do Bairro de Alvalade (Praça Andrade Caminha)*, 1952; *Projecto de Revestimento dos Canteiros das Ruas da Célula VII (Alvalade)*, 1954. AML.

³³ CML. Alvalade. Jardins Públicos. *Projecto do Jardim junto ao Centro Escolar da Célula n.º 2*, Manuel de Azevedo Coutinho, 1950-51. Ribeiro Telles participa na elaboração da Estimativa Orçamental e do Caderno de Encargos.

³⁴ CML. DST-E. 3ª Repartição. *Projecto de Enquadramento da Igreja de São João de Brito*, 1956-58.

³⁵ Belém (*Projecto de Construção, do Jardim da Praça de Damão* (1951); *Projecto de Construção do, Jardim da Praça de Gôa* (1951); *Projecto de Arborização e Ajardinamento da Praça de Santo Eugénio (Bairro da Encarnação)* (1952); *Projecto do Jardim da Praceta V da Rua D. Francisco de Almeida* (1952)); Benfica (*Projecto dos Espaços Verdes Públicos do Bairro de S^{ta}. Cruz* (1958)), entre outros.

³⁶ Freguesia dos Prazeres (*Projecto de Arranjo duma Placa do Jardim 9 de Abril* (1950)); Freguesia de São João de Deus (*Projecto de Construção do Jardim, Junto ao Liceu D. Filipa de Lencastre* (1951)); Freguesia da Encarnação (*Projecto de Remodelação do Jardim de S. Pedro de Alcântara* (1954)); Freguesias de Coração de Jesus e de São José (*Remodelação da Av. Liberdade* (1955-58), em coautoria com Francisco Caldeira Cabral), Freguesia do Castelo (*Projecto de Arranjo do Fosso do Castelo de S. Jorge* (1951)), entre outros. Localizações segundo CML. DSUO. 2ª Repartição. *Freguesias de Lisboa, Esc. 1/25.000, 194-;* ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/394, p.1.

as transformações urbanísticas e arquitetónicas em curso na capital e as repercussões sobre o espaço urbano e os modos de o usufruir. Ao projetar consecutivamente para os mesmos bairros ajardinados e arborizações de arruamentos em localizações contíguas ou relativamente próximas, como no Restelo (1951-1961) e na Encarnação (1952-56), Ribeiro Telles explora a conectividade dos espaços verdes tal como no Bairro de Alvalade (1950-1959), contribuindo significativamente para a Estrutura Verde não só Bairro mas de toda a Cidade.

2. A relação interdisciplinar no Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU)

Com a formação do GEU em 1954³⁷, constituído pelo engenheiro Luís de Guimarães Lobato (1915-2008) e pelos arquitetos José Aleixo da França Sommer Ribeiro (1924-2006) e Pedro Falcão e Cunha (n. 1922), os arquitetos paisagistas integrados na RAJ são chamados a colaborar com as equipas técnicas nos Planos de Urbanização desde os estudos base. Este momento terá contribuído para o fortalecimento da relação interdisciplinar entre arquitetos e arquitetos paisagistas, defendida e estimulada com particular acuidade na doutrina de Caldeira Cabral (Cabral, 1993: 26). Até então de prática difícil face ao desfasamento temporal entre os planos e os projetos de arquitetura desenvolvidos na Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras (DSUO) e os projetos de arborização e jardinagem elaborados na RAJ numa perspectiva de complemento dos primeiros.

Como exemplos do desfasamento temporal, para além dos mencionados nos conjuntos habitacionais da Av. Dom Rodrigo da Cunha, merecem referência os verificados entre o *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro* (aprovado em 1945) e o Relatório *A Arborização do Sítio de Alvalade* (CML, 1949) e entre os projetos de arquitetura para as células 1 e 2 (a partir de 1946) e os projetos de arborização e ajardinamento para os respetivos logradouros de 1950.

A equipa técnica do PDUL-1958 sob a coordenação dos engenheiros Guimarães Lobato e Tomaz da Rocha Leão de Sousa Eiró, integrou os arquitetos paisagistas Professor Caldeira Cabral, que se manteve entre Janeiro de 1956 e Novembro de 1959, Edgar Ferreira Fontes (1922-2000)³⁸ e Ribeiro Telles (CML, 1958a). Bettencourt da Câmara (2015: 68) interpreta da leitura do Plano o contributo dos arquitetos paisagistas nos aspetos mais diretamente relacionados com o planeamento e a conceção dos espaços verdes, fruto do reconhecimento técnico que já beneficiavam por essa altura. Por outro lado, Magalhães (2001: 130), saliente a ênfase atribuída às componentes ambientais, nomeadamente, o relevo, a exposição das vertentes, a hidrologia e a vegetação, no zonamento da ocupação do solo e na definição dos índices de densidade edificada.

No Bairro de Alvalade, constitui exemplo da integração das componentes ambientais no zonamento do espaço urbano a proposta de Sousa da Câmara³⁹ de 1966 para a Mata de Alvalade⁴⁰, quando sobre a planta topográfica efetua um estudo analítico da utilização do solo, dos declives, bem como das vistas, partindo posteriormente para a definição da modelação do terreno, da utilização do solo, da arborização, da drenagem e da rega.

A participação de Ribeiro Telles e de Álvaro Ponce Dentinho (1924-2014) nos estudo-base de 1957⁴¹ é acompanhada do Professor Caldeira Cabral, constituindo um segundo momento de diálogo entre aluno e professor, subordinado à revisão de matérias e conceitos lecionados há quase uma década atrás e à sua aplicabilidade à Lisboa

³⁷ O Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU) foi chefiado pelos engenheiros-chefes Guimarães Lobato entre Janeiro de 1954 e Abril de 1958 e Sousa Eiró entre Abril a Outubro deste mesmo ano (Câmara, 1958d: 1/1).

³⁸ Edgar Sampaio Ferreira Fontes entrou para a RAJ em 1953, sucedendo a Manuel de Sousa Coutinho e Ribeiro Telles em 1950 (Bettencourt da Câmara, 2015: 69).

³⁹ Manuel Pereira da Nóbrega de Sousa da Câmara (1929-1992) entrou para a RAJ em 1957, sucedendo a Edgar Fontes (Bettencourt da Câmara, 2015: 69).

⁴⁰ CML\DST-E\ 3ª Repartição. *Zona da Mata de Alvalade. Sugestão para o Arranjo Paisagístico do Areeiro do Narição*, 1966. AML

⁴¹ Em *Arranjo do Campo Grande. Estudo-Base*, elaborado pelo arquiteto Pedro Falcão e Cunha, colaboraram os arquitetos paisagistas Ribeiro Telles e o Professor Caldeira Cabral (CML, 1956b); Em *Urbanização Praça de Espanha, da Artéria em Prolongamento da Avenida António Augusto de Aguiar, da Palhavã e de Sete Rios. Estudo-Base*, elaborado pelos arquitetos Pedro Falcão e Cunha e José Vitorino da Costa Bastos, colaborou o arquiteto paisagista Ribeiro Telles (CML, 1957b); Em *Urbanização do Vale Escuro. Estudo-Base*, elaborado pelos arquitetos Bartolomeu Costa Cabral e Sommer Ribeiro, colaboraram os arquitetos paisagistas Ribeiro Telles e o Professor Caldeira Cabral (CML, 1957c); Em *Urbanização de S. Mamede, Mercês, Bairro Alto e Santa Catarina. Estudo-base*, elaborado pelos arquitetos Frederico Carvalhosa e Oliveira e Fernando Ressano Garcia, colaboraram os arquitetos paisagistas Álvaro Dentinho (1924-2014) e o Professor Caldeira Cabral (CML, 1957d).

dos finais da década de 1950. Na envolvente do Bairro de Alvalade, Ribeiro Telles acompanha o Professor no *Estudo Base do Campo Grande* da autoria do arquiteto Pedro Falcão e Cunha, onde o jardim viria a amarrar a ponte o corredor verde da Av. Brasil (Neves et al, 2019) e da Av. EUA.

Aludindo à profusão da prática da arquitetura paisagista em Portugal, Caldeira Cabral enaltecia a meados da década de 1950 a integração dos seus colegas (ex-alunos) na CML (RAJ e GEU), mas sobretudo em entidades da administração pública de âmbito nacional, nomeadamente, no Ministério da Economia, na Direção-Geral dos Serviços Agrícolas, na Junta de Colonização Interna e no Ministério do Ultramar, salientando assim a abrangência e a aplicabilidade das suas competências para além do estrito campo da arquitetura paisagista. Com um olhar sobre o papel que os arquitetos paisagistas poderiam desempenhar, em regime de interdisciplinaridade com outras áreas, em particular, a arquitetura, e nas Câmaras, lamenta que apenas se encontram integrados na CML, chamando assim a atenção dos autarcas nacionais (Cabral, 1993: 52).

3. Os parques infantis no Plano Diretor de Urbanização de Lisboa de 1958

No PDUL-1958 a abordagem aos parques infantis ocorre no âmbito dos «Espaços Verdes Especiais», por serem considerados locais preferenciais de convívio intergeracional e como ferramenta de coesão social. Como tal, deveriam inserir-se nas rotinas diárias dos grupos etários então considerados: 1º Grupo – Pré-escolar (dos 3 aos 7 anos); 2º Grupo – Escolar (dos 7 aos 12-14 anos), 3º Grupo – Adolescente (14 aos 18 anos) e 4º Grupo - Idade adulta. Deveriam ser concebidos de modo a responder às respetivas necessidades, nomeadamente, contemplar solários para os recém-nascidos, áreas de recreio para os pré-escolares e locais de estar para os mais idosos (CML, 1958d: 1-2).

Os pressupostos de projeto do PDUL-1958 antecipam em, praticamente, quatro décadas os aspetos de conceção, construção e, mesmo da manutenção, previstos no Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro, que através do respetivo anexo estabeleceu as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacte⁴².

Segundo o Plano, os espaços para a primeira infância (pré-escolar) deveriam localizar-se na proximidade da habitação, possibilitar a alternância de sombra e de sol e permitir o acesso por carrinhos de bebés⁴³. Os espaços para as crianças do pré-escolar deveriam promover o contacto com o mundo natural e a apresentação das formas simbólicas, constituindo, em síntese, uma amostra do mundo exterior. Neste contexto, o “Jardim Japonês” era apresentado como o modelo ideal, não por constituir uma cópia da natureza, mas por resultar num “arranjo artístico” dos seus elementos. Na simplicidade da sua conceção residia a expectativa de estimular múltiplas interpretações e a inspiração individual. A água, a vegetação e a vedação envolvente proporcionariam ambientes de adequado sossego. A composição dos pavimentos com empedrados específicos para cada espaço permitiria associar-lhe um determinado simbolismo, aumentando assim a imaginação das crianças (CML, 1958d: v4.5/3).

Como referência ao “Jardim Japonês”, o Plano refere o trabalho do arquiteto paisagista dinamarquês Carl Theodor Marius Sørensen (1893-1979)⁴⁴ que, na conceção dos espaços de recreio, procurava a imitação da praia, do campo e do bosque. Estes elementos, quando associados harmoniosamente com o monte, o rio, o lago e a ilha, proporcionariam ainda a localização e o enquadramento adequado aos elementos escultóricos (CML, 1958d: v4.5/3).

Espaços desordenados, disponíveis para a livre iniciativa e para o estímulo da criatividade deveriam nortear a conceção dos espaços para as crianças em idade escolar (7 aos 12-14 anos). Restos de construções, de demolições parciais, ruínas, aldeias de índios, ranchos de *cowboys*, trechos de selva intrincada, “Jardins Robinson”, assim

⁴² Alterado pelo DL 119/2009, de 19 de Maio e posteriormente substituído pelo DL 203/2015, de 17 de Setembro (com entrada em vigor em 15 de Janeiro de 2016).

⁴³ Previsto no DL 379/97, de 17 de Dezembro, nos artigos 6º - Acessibilidade, 10º - Condições de proximidade e visibilidade e 11º - Princípios Gerais.

⁴⁴ Considerado um dos maiores arquitetos paisagistas do século XX. Conhecido por ser o autor do primeiro parque de aventura (em coautoria com Hans Dragehjelm) em Emdrup, Copenhagem (Anderson, 2001).

como terreiros, eram apontados como soluções enriquecedoras do espaço (CML, 1958d: v4.5/4-5). Face à natureza dos materiais e das soluções construtivas, estes espaços deveriam ser controlados de forma qualificada⁴⁵.

Com vista a responder aos estímulos e às capacidades das diversas idades⁴⁶, o Plano propunha para cada espaço de recreio quatro secções: a superfície ou caixa de areia, a área de equipamentos, a área para jogos de organização espontânea e uma quarta secção que promovesse a aventura⁴⁷. Ou seja, o espaço deveria ser organizado e equipado em função das capacidades lúdicas e de apreensão das crianças⁴⁸.

A influência da arquitetura paisagista do norte da Europa foi sendo incorporada continuamente em Portugal, não só pela formação de Caldeira Cabral na Alemanha, como anteriormente mencionado, mas pela sua participação regular nos congressos da *International Federation of Landscape Architects* (IFLA). Caldeira Cabral acompanhou a participação de Azevedo Coutinho no 3º Congresso em Estocolmo (1952) conjuntamente com Edgar Fontes e Fernando Vaz Pinto (1921-2001). Aquando da realização do 5º Congresso em Zurique (1956), em data próxima à conclusão do PDUL, Ribeiro Telles acompanhou a participação de Viana Barreto (1924-2012) (Bettencourt da Câmara, 2015: 79-80).

No relatório da viagem a Estocolmo, Azevedo Coutinho salienta as temáticas relacionadas com os parques infantis, a utilização da árvore nas urbanizações e a abolição do logradouro comum, organizando os registos fotográficos por temas (Bettencourt da Câmara, 2015: 86). O relatório de Viana Barreto comporta igualmente um capítulo sobre os parques infantis (Bettencourt da Câmara, 2015: 90), podendo daí aferir-se existir uma particular atenção sobre a sua conceção e o desejo de importar para Portugal o que de melhor se planeava e construía além-fronteiras.

Esta conceção, em que o contacto com os elementos naturais, mesmo que simbolicamente, é estimulada, encontra-se ainda presente no relatório *Arborização do Sítio de Alvalade* (CML, 1949: 133), onde Azevedo Coutinho defende que deveriam ser evitados os alinhamentos e a instalação de equipamentos para além do estritamente necessário, deixando assim campo livre à imaginação e à criação de cenários de brincadeira. Este modo de conceber o parque infantil pelo autor após a conclusão do curso livre em arquitetura paisagista (1948) e antes de se iniciarem as viagens aos congressos da IFLA pode ser interpretado como reflexo do cariz naturalista que regeu a doutrina de Francisco Caldeira Cabral.

4. Conceção dos logradouros do lado norte da Av. EUA, em fase de anteprojecto

4.1. Troço Av. Aeroporto - Av. Rio de Janeiro

Proposta de Manuel Laginha, Vasconcelos Esteves, Pedro Cid (1956)

Na sequência do projeto para os Blocos de Habitação do troço entre as avenidas do Aeroporto e Rio de Janeiro de 1954⁴⁹, Manuel Laginha, Vasconcelos Esteves e Pedro Cid apresentam dois anos depois a proposta para os espaços livres públicos (CML, 1956a), colando os espaços sob e entre os blocos de habitação (Figura 5)⁵⁰.

Aqui, tal como na proposta de Ruy D' Athougüia e Formosinho Sanches para o Bairro das Estacas (1949)⁵¹ a edificação sobre pilotis une os espaços entre e sob os edifícios, potenciando a sua fruição em continuidade. Manuel Lajinha ao tipificar os espaços exteriores como «Jardins», assume o propósito de enobrecer o espaço de estadia e

⁴⁵ A preocupação com a visibilidade do espaço a partir da envolvente foi prevista no DL 379/97, de 17 de Dezembro, Secção I – Localização e implantação, artigo 10º - Condições de proximidade e visibilidade.

⁴⁶ Interpreta-se referir-se aos grupos pré-escolar (dos 3 aos 7 anos) e escolar (dos 7 aos 12-14 anos).

⁴⁷ Como exemplo da aplicabilidade deste modelo o Plano refere o caso de Gotemburgo (Gottensburg), onde se aplicou a proporção de 1:2,5; 2,5; 6 para a caixa de areia, área de brinquedos, área para jogos de organização e terreiro, respetivamente (CML, 1958d: v4.5/6).

⁴⁸ Previsto pelo DL 379/97 de 17 de Dezembro, Secção II – Conceção e Organização Funcional, artigo 11º - Princípios Gerais, alínea a) do n.º 2.

⁴⁹ CML. *Arranjo de Conjunto e Blocos de Habitação para o terreno situado na Avenida dos Estados Unidos da América (Troço Av. do Rio de Janeiro – Av. do Aeroporto) – Anteprojecto, 1956* (Costa: 2002: 108-110).

⁵⁰ Embora as peças de projeto informem como limites da intervenção as avenidas do Aeroporto e Rio de Janeiro, o espaço projetado estende-se para Nascente até à R. Francisco Lourenço da Fonseca.

⁵¹ CML. *Sítio de Alvalade. Célula 8. Zona Comercial. Arranjo do Terreno, 1949.*

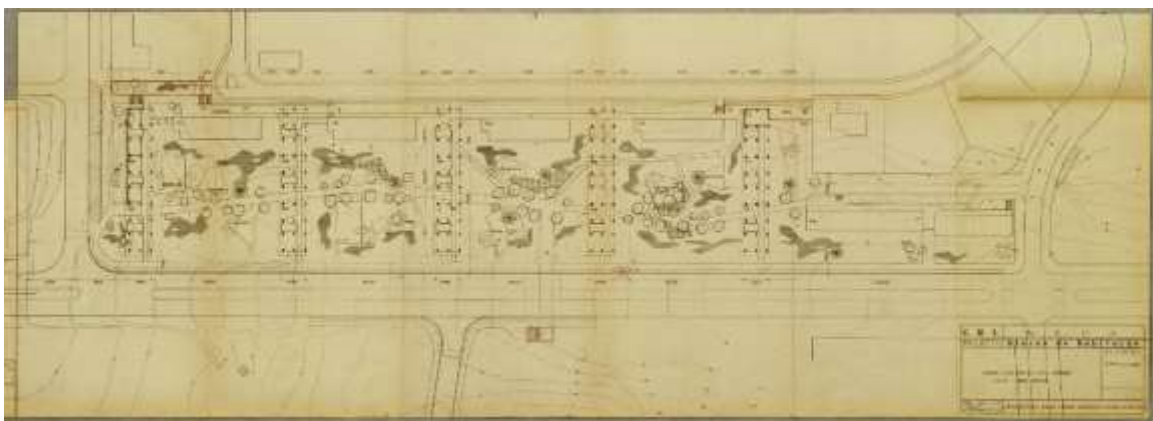
de recreio como a proposta de criar um espaço nobre, de estadia e recreio, secundando as intenções de mero enquadramento dos blocos. Na memória descritiva refere-se aos espaços entre blocos como «intermédios», reforçando a conceção numa lógica de “um único tabuleiro ajardinado de utilização comum” (CML, 1956a: 1). Ao fazê-lo, a funcionalidade dos percursos (de acesso e de atravessamento), a articulação das diversas áreas (em regime de complementaridade) e as manchas de vegetação na sua proteção, agregam-se em torno de um objetivo comum, a criação de um jardim multifuncional.

Embora no projeto de Ruy D’Athouguia e Formosinho Sanches para o Bairro das Estacas, complementado posteriormente com o projeto de Ribeiro Telles (1953)⁵², esteja subjacente a conceção dos espaços sob e entre os blocos habitacionais como um só, estes são delimitados por passeios paralelos aos blocos que os individualizam. Nesta intervenção, a continuidade sob os blocos traduz-se essencialmente nas diversas opções de circulação em forma de malha e na perceção dos espaços verdes em continuidade, o que na realidade não ocorre. Na proposta de Manuel Laginha, os espaços são organizados em torno de um percurso estruturante que percorre todo o jardim. Hierarquizado pela extensão e perfil transversal e com implantação sensivelmente paralela e protegida face à avenida, este percurso assume-se como alternativa ao passeio ao mesmo tempo que assegura a conectividade entre as entradas dos edifícios e as áreas de lazer.

Ao explicitar de forma mais vincada a complementaridade de oferta entre os «espaços intermédios», relativamente à proposta de Ruy D’Athouguia para o Bairro das Estacas, bem como os conceber no seu conjunto como um equipamento de recreio não só do conjunto habitacional mas da célula habitacional onde se insere, este projeto constitui um marco importante no processo de abertura do logradouro à fruição pública, na medida em que recria novamente a aplicação do conceito de «unidade de vizinhança» tal como Faria da Costa o fez em torno do equipamento escolar.

Com o objetivo de reforçar a unidade entre os «espaços intermédios», bem como de ligar os volumes edificados, Manuel Laginha propõe a arborização do percurso principal com árvores de médio e grande porte, reforçando assim a sua perceção do percurso à distância. Embora subjugada ao percurso, a plantação de árvores, tal como a de arbustos, deveria ocorrer de forma irregular no sentido de valorizar ou desvalorizar determinados pontos dos espaços. Para o enquadramento dos espaços de encontro (o que se interpreta igualmente para proteção) propõe maciços de arbustos e herbáceas em contraste com as áreas de relvado (CML, 1956a: 2-3).

Figura 5. Blocos de habitação da Av. EUA (Troço Av. do Aeroporto – Av. Rio de Janeiro)



Fonte: AML, ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0097, p.6.

Nota: Planta Esquemática dos Jardins. Manuel Lajinha, Vasconcelos Esteves, Pedro Cid (1956).

⁵² CML\DST-E\3ª Repartição. *Projecto de Ajardinamento da Zona Comercial da Célula 8 (Alvalade)*, 1953.

4.2. Os parques infantis no anteprojecto dos Ajudados da Avenida dos Estados Unidos da América

Proposta de Ribeiro Telles (1957)

O anteprojecto dos ajudados⁵³ da Av. EUA é elaborado por Ribeiro Telles em 1957⁵⁴, abrangendo todo o lado norte da avenida e o troço entre a Praça Mouzinho de Albuquerque e a Av. de Roma do lado sul. É concebido temporalmente desfasado dos estudos de ocupação do solo e dos projectos de arquitetura para os conjuntos habitacionais desenvolvidos a partir de 1951 e 1953, respetivamente, como mencionado, mas coincidente com a fase de conclusão do PDUL-1958, resultante da revisão do Plano De Gröer concluído uma década antes.

Ribeiro Telles ao projetar os ajudados conhece os resultados dos projectos dos logradouros comuns projetados por Azevedo Coutinho para as Células 1 e 2 em 1950 em situação de compromisso com algumas áreas privadas – logradouros privados (para agricultura de complemento) (Neves et al, 2018), bem como dos ajudados de configuração retangular dos conjuntos habitacionais da Av. Dom Rodrigo da Cunha e do Bairro das Estacas projetados por si.

Nos ajudados da Av. EUA, tal como no Bairro das Estacas, Ribeiro Telles beneficia da implantação dos edifícios sobre pilotis, mas com um acréscimo de área e de maior afastamento entre os blocos, permitindo-lhe explorar as orientações de Azevedo Coutinho para a conceção do «Jardim Paisagístico»⁵⁵ de cariz mais naturalizado, mais informal e com disfrute de vistas em profundidade (CML, 1949: 36)⁵⁶.

Assim, em detrimento do desenho simétrico e formal, Ribeiro Telles opta por desenhar espaços distintos para cada ajudado (Figuras 6a a 6c) seguindo assim mais uma vez a matriz ecológica de Caldeira Cabral (Cabral, 1993: 29), sem, no entanto, colocar em causa a sua integração no conjunto habitacional (CML, 1957: 1). Propõe para cada conjunto habitacional do lado norte da avenida um parque infantil, geralmente no ajudado central⁵⁷, e no troço entre as avenidas de Roma e Rio de Janeiro um «Jardim Robinson»⁵⁸, vocacionado para o grupo escolar (7 aos 12-14 anos), aumentando assim as valências e a complementaridade entre os vários espaços, tal como direccionou no âmbito do PDUL-1958.

Por comparação com a proposta dos arquitetos Manuel Laginha, Vasconcelos Esteves e Pedro Cid, interpreta-se que Ribeiro Telles segue a bitola da complementaridade entre os espaços, mas não assume de forma explícita a circulação (direta) entre estes de forma longitudinal e paralela à avenida. Enquanto na proposta dos arquitetos o acesso às zonas de lazer ocorre a partir do percurso estruturantes, na proposta de Ribeiro Telles o acesso às zonas de lazer ocorre a partir de percursos que contornam os ajudados, geralmente com implantação paralela aos blocos. Reforça esta interpretação o enclausuramento do espaço por maciços arbustivos e pela modelação do terreno.

Como aspetos comuns ao desenho dos ajudados dos troços a nascente da Av. Roma, ocorre a localização das áreas de estadia geralmente em posição recuada e adjacente aos percursos com acesso pelos arruamentos secundários. Interpreta-se desta localização a intenção de obter sombras e a protecção dos ventos dominantes (em particular durante a estação estival), assim como promover a inserção das áreas de estadia ou de recreio na lógica

⁵³ No âmbito dos projectos elaborados pela 3ª Repartição - Arborização e Jardinagem da DST-E os espaços livres entre os blocos habitacionais irão ser designados nas peças desenhadas por “Ajudados”, ocorrendo por vezes a designação de «logradouro» nas peças escritas. A designação de «logradouro» é retomada nas peças desenhadas no *Anteprojecto dos Ajudados dos Logradouros da Avenida do Brasil*, elaborado por Sousa da Câmara entre 1963-64.

⁵⁴ Ano em que Ribeiro Telles elabora o projeto do *Parque Infantil do Campo Grande*, em sequência do anteprojecto elaborado por Azevedo Coutinho em 1954. AML.

⁵⁵ Azevedo Coutinho ressalva em nota de rodapé que os jardins formais são igualmente paisagísticos.

⁵⁶ Relatório *A Arborização do Sítio de Alvalade* elaborado por Azevedo Coutinho enquanto profissional liberal, datado de 30 de Novembro e submetido à Câmara Municipal em 2 de Dezembro de 1949 em resposta à solicitação da DSUO.

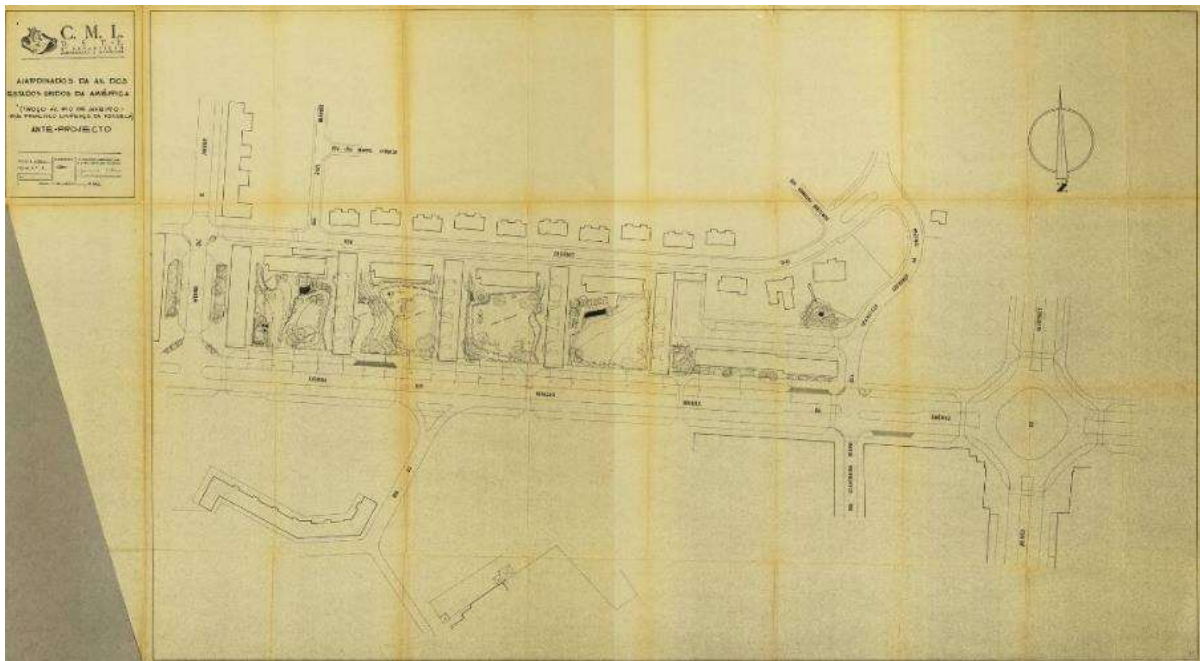
⁵⁷ Interpreta-se o objetivo de diminuir a distância a partir dos blocos, numa lógica semelhante à aplicação do conceito de «Unidade de Vizinhaça» que colocou a Grupo Escolar no centro da célula habitacional.

⁵⁸ Interpreta-se na designação de «Jardim Robinson» a intenção de criar um espaço de fantasia alusivo ao romance *Robinson Crusoe* de Daniel Defoe, publicado em 1719. Na recreação das aventuras de Robinson Crusoe, Ribeiro Telles prevê a instalação de barcos, de equipamentos para trepar, elementos de água (o mar e os cursos de água), áreas de clareira (a praia) e maciços arbóreo-arbustivos (a orla da floresta).

dos percursos pedonais, ou seja, afetando-as às rotinas diárias, com ganhos simultâneos no conforto da sua fruição e na segurança pelo afastamento à circulação automóvel.

Na introdução dos elementos d'água, interpreta-se, quando em registo mais naturalizado e sob a forma de riachos, a introdução de referências da paisagem natural e, eventualmente, do «Jardim Japonês». Num registo mais formal, recorre ao tanque, recriando um dos traços dos jardins tradicionais portugueses, onde este, a diversidade das árvores e dos arbustos, as vistas e a azulejaria constituem os seus principais traços de composição (Castel-Branco, 2010: 7).

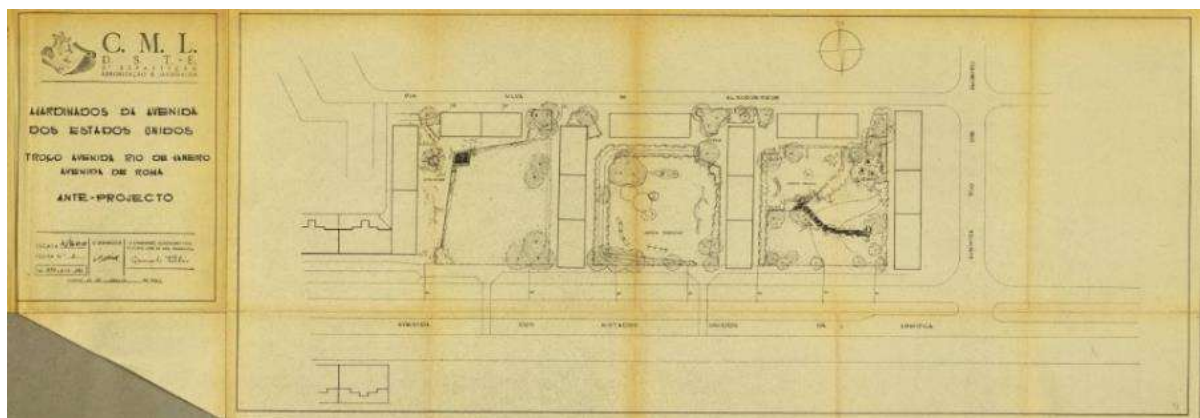
Figura 6a. Ajardinados da Avenida dos Estados Unidos da América



Fonte: AML, ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/0248, p.11.

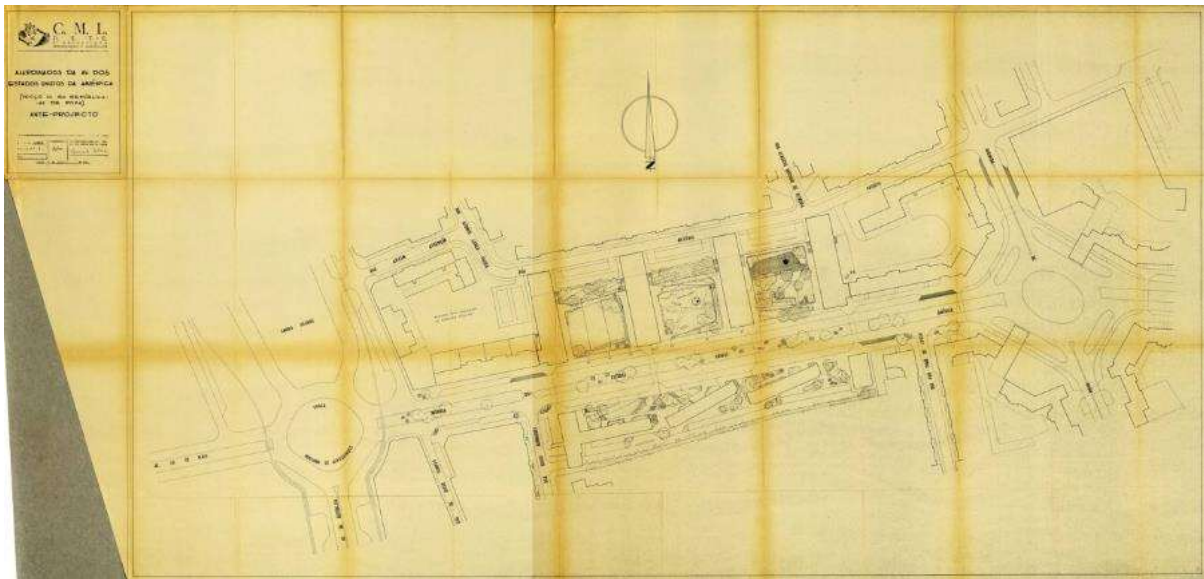
Nota: CML \ DST-E\ 3ª Repartição – Arborização e Jardinagem. Troço Av. Rio de Janeiro - R. Francisco Lourenço da Fonseca). Anteprojecto. Ribeiro Telles, Agosto de 1957; Desenho n.º 3, Esc. 1/500.

Figura 6b. Ajardinados da Avenida dos Estados Unidos da América



Fonte: AML, ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/0248, p.9.

Nota: CML \ DST-E\ 3ª Repartição – Arborização e Jardinagem. (Troço Av. Rio de Janeiro - Avenida de Roma). Anteprojecto. Ribeiro Telles, Agosto de 1957; Desenho n.º 2, Esc. 1/500.

Figura 6c. Ajardinados da Av. EUA

Fonte: AML, ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/0248, p.7.

Nota: CML \ DST-E\ 3ª Repartição – Arborização e Jardinagem.

(Troço Av. República – Av. Roma). Anteprojecto. Ribeiro Telles, Agosto de 1957. Desenho n.º 1, Esc. 1/500.

Nesta fase de anteprojecto, Ribeiro Telles preconiza a utilização de vegetação predominantemente *climace*⁵⁹, dispondo as árvores em maciços no topo norte dos ajardinados como meio de os proteger dos ventos dominantes e em pequenos grupos no interior dos ajardinados, podendo neste caso pertencer a espécies exóticas, a pretexto da sua contemplação. Com esta opção visa criar alternância de sombra e luz no ajardinado, propiciando ambiências diversificadas em resposta aos diversos grupos da população. Contorna as zonas de clareira com maciços de herbáceas vivazes⁶⁰ e de arbustos plantados segundo *mixed-border*⁶¹ propiciando a definição de um espaço próprio, animado pelas cores das florações das diversas espécies da composição. (CML, 1957a: 1-2).

Verificando-se a disposição da vegetação *climace*, preferencialmente, no contorno dos ajardinados, afigura-se lícito interpretar a intenção de, paralelamente ao enquadramento e valorização dos edifícios (sem penalizar as entradas de luz), o propósito de promover a continuidade ecológica e contrabalançar o artificialismo do meio urbano, valores defendidos por Caldeira Cabral e Ribeiro Telles poucos anos depois em *A Árvore* (Cabral, 1960: 10).

De igual modo, o enriquecimento dos ajardinados com composições de árvores e arbustos, dispostos de forma isolada ou no enquadramento de áreas de estar, de percursos e outros elementos construídos, pode ser interpretado como estratégico para estabelecer planos verticais intermédios entre os blocos, proporcionando assim referências espaciais à escala do peão e o esbatimento da percepção do número de pisos dos blocos. Magalhães (2001: 119), referindo-se aos espaços verdes de grandes dimensões resultantes da edificação segundo a *Carta de Atenas* (em que o desenho foi minimizado e o símbolo removido da composição), atribui ênfase ao desaparecimento da escala humana como causa da perda das referências formais ou funcionais indispensáveis à sua fruição.

No quadro 1 a seguir apresentado sintetizam-se alguns aspetos da composição que distinguem os «espaços intermédios» de Manuel Laginha e dos «ajardinados» de Ribeiro Telles.

⁵⁹ Vegetação característica da região, adaptada aos fatores climáticos (fotoperíodo, temperatura, pluviosidade e humidade do ar), aos fatores fisiográficos (geomorfologia, exposição) e aos fatores edáficos (tipo e características físicas do solo).

⁶⁰ Herbáceas com ciclo de vida superior a um ano.

⁶¹ Termo utilizado em floricultura e na prática da arquitetura paisagista em que na composição de maciços herbáceo-arbustivos se conjugam espécies com a finalidade e obter cor ao longo ano pela floração e folhagem das diferentes espécies.

Quadro 1. Elementos de composição e função propostos para os Logradouros do lado norte da Av. EUA – Fase de Anteprojeto

	Av. Aeroporto – Av. Rio de Janeiro				Av. Aeroporto – Av. Rio de Janeiro				Av. Rio de Janeiro – Av. Roma			Praça Mouzinho de Albuquerque – Av. Roma		
Autor(es)	M. Laginha, V. Esteves e P. Cid (1956)				Ribeiro Telles (1957)				Ribeiro Telles (1957)			Ribeiro Telles (1957)		
Tipologia	Espaços Intermédios				Ajardinados				Ajardinados			Ajardinados		
Correspondência Fig.	Figura 5				Figura 6a				Figura 6b			Figura 6c		
	P	C1	C2	N	P	C1	C2	N	P	C	N	P	C	N
Composição														
Estar														
Esplanada	aE,c								aE					
Zona de Estar			c	c	aE,c	aE	aE	aE						c
Pérgula								•						
Recreio														
Clareira	c		c	•										
Biblioteca				c										
Jardim/Parque Infantil			c			c					aE		c	
Jardim “Robinson”							c			c				
Área para Jogos		c												
Circulações														
De contorno					•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
De atravessamento	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•		•	•
De acesso a zonas de estar/recreio	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•		•	•
Com traçado retilíneo	•	•	•	•	•			•	•	•	•	•	•	•
Com traçado curvilíneo					•	•	•							
Localização e Utilização da Vegetação														
Relvado	•	•	•	•	•	•		•	•		•	•	•	•
Arbustos (em maciço)	pfa	pfa	pfa	pfa	•	•	pf	pf	•	pf	pf	pf	pf	pf
Árvores (pontuais)	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Elementos d’água														
Tanque						•		•	•				•	•
Repuxo					•									
Riacho					•						•			
Funções Predominantes														
Enquadramento						•	•	•				•	•	•
Estar	•	•		•	•	•	•	•	•		•			•
Recreio Informal	•	•		•	•			•	•		•	•		
Recreio Idade Pré-Escolar (3 aos 7 anos)						•					•		•	
Recreio Idade Escolar (7 aos 12/14 anos)							•			•				

Fonte: Elaboração própria.

5. Conção dos logradouros do lado norte da Av. EUA, em fase de projeto

5.1. Troço Av. Aeroporto - Av. Rio de Janeiro

Proposta de Ribeiro Telles (1958)

Ribeiro Telles, ao projetar no primeiro semestre de 1958 os ajardinados do lado norte da Av. EUA entre as avenidas do Aeroporto e Rio de Janeiro, mantém-se fiel ao anteprojeto na opção de conceber espaços distintos para cada ajardinado e da sua complementaridade. Fruto da escala de projeto explícita agora a circulação sob os blocos habitacionais e entre estes e o interior dos ajardinados com traçados geralmente retilíneos.

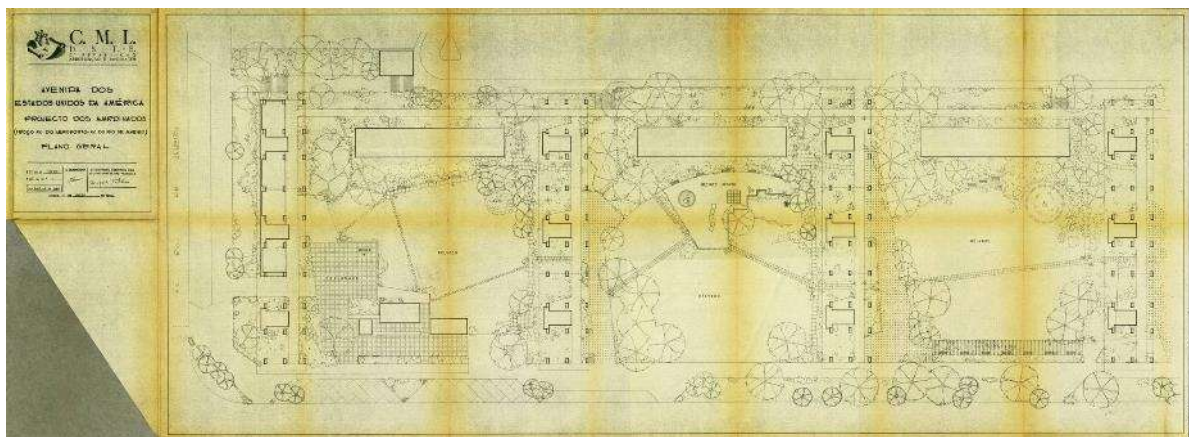
Na organização dos espaços, o autor tira partido da faixa adjacente ao maior lado do bloco habitacional poente⁶² expandindo-a para definição de áreas de estadia. A área de maior expressão ocorre no logradouro a nascente da Av. Rio de Janeiro, interpretando-se nesta localização, para além da preocupação em assegurar maior proteção do Sol e do vento, a procura por um ponto dominante, a partir do qual se obteriam vistas em profundidade sobre os ajardinados, assim como sobre a avenida, cuja arborização e ajardinamento elaborado em 1957, como se observará mais à frente neste artigo.

Com vista a favorecer a perceção de profundidade e a fomentar a circulação entre os ajardinados, Ribeiro Telles, para além de criar clareiras ao centro, prolonga a vegetação e os percursos entre os pilotis, como irá propor igualmente nos ajardinados dos outros conjuntos habitacionais que projeta. Nos dois ajardinados mais a nascente, prevê a colocação de bancos junto ao passeio da avenida, o que se interpreta como intenção de orientar as vistas para o interior dos ajardinados, onde, em pano de fundo, adensa a vegetação. Este adensamento da vegetação poderá ser interpretado como resposta à menor privacidade dos pisos inferiores dos blocos que rematam os ajardinados a norte, que contrariamente aos grandes blocos habitacionais em posição transversal à avenida não se implantam sobre pilotis (Figs. 7a e 7b).

Nesta fase de projeto, Ribeiro Telles simplifica o desenho e suprime a tipologia de «Jardim Robinson». Em alternativa, localiza áreas de parque infantil no primeiro e no terceiro ajardinado (de nascente para poente), mantendo assim a estratégia de encurtar as distâncias a partir dos edifícios.

Contribuindo o conjunto habitacional de Manuel Laginha, Vasconcelos Esteves e Pedro Cid para a leitura à época da avenida como o mostruário da mais recente produção arquitetónica de Lisboa (Tostões, 2002: 47), este vai continuar a sê-lo pela incorporação da proposta de Ribeiro Telles, na medida em que, apesar de diferente no desenho e em alguns dos pressupostos que o sustentam (em particular os ecológicos), afigura-se similar na conceção enquanto espaço público e de equipamento do bairro.

Figura 7a. Av. EUA. Projeto dos Ajardinados

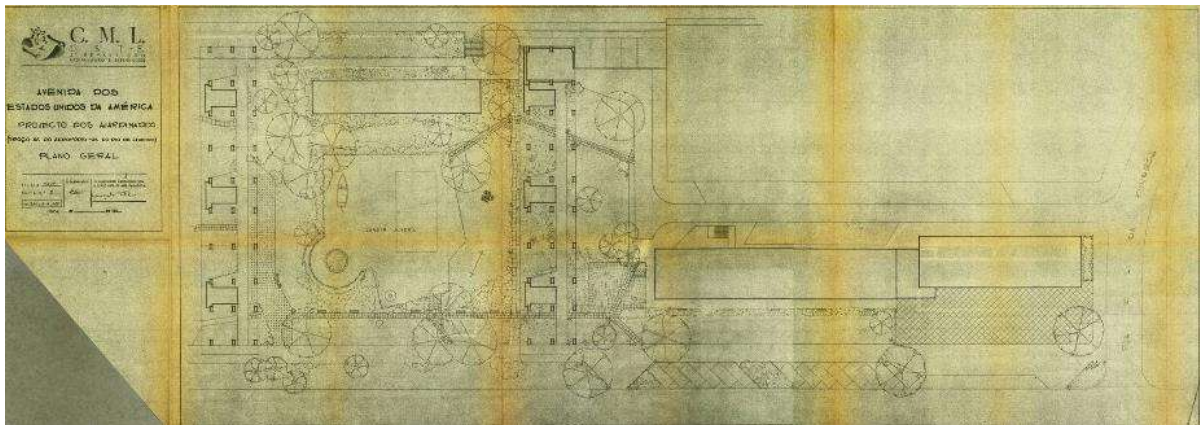


Fonte: AML, ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/PU/10/258, p.35_D1.

Nota: CML \ DST-E \ 3ª Repartição – Arborização e Jardinagem.

Troço Av. do Aeroporto – Av. Rio de Janeiro. Ribeiro Telles, março de 1958. Folha n.º 1 – Plano Geral. Esc. 1/200.

⁶² Definida no programa base como obrigatório para assegurar o acesso às entradas do bloco por viaturas de emergência (Câmara, 1959: 2).

Figura 7b. Av. EUA. Projeto dos Ajardinados

Fonte: AML, ref. PT/AMLSB/CMSB/UROB/PU/10/258, p.36_D2.

Nota: CML \ DST-E\ 3ª Repartição – Arborização e Jardinagem.

Troço Av. Aeroporto – Av. Rio de Janeiro. Ribeiro Telles, março de 1958. Folha n.º 2 – Plano Geral. Esc. 1/200.

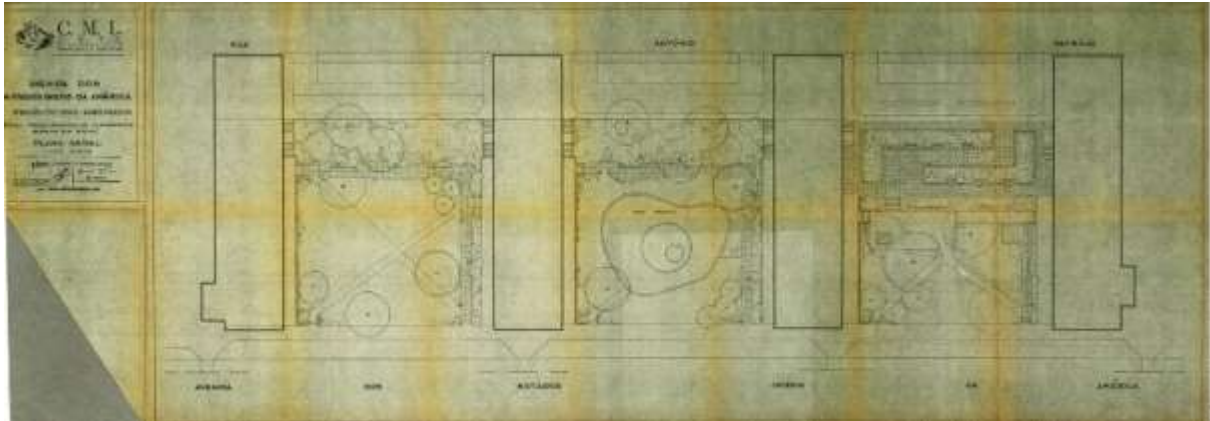
5.2. Troço Praça Mouzinho de Albuquerque - Av. Roma

Proposta de Ribeiro Telles (1958)

Em finais de 1958, Ribeiro Telles projeta os ajardinados para o troço entre a Praça Mouzinho de Albuquerque e a Av. Roma, propondo desenhos próprios para cada ajardinado, como aconteceu para o troço anteriormente referido, mantendo assim a regra que definiu no anteprojecto.

O principal aspeto diferenciador deste projeto face ao anterior decorre de, à data da sua elaboração, não estarem previstos edifícios para os topos norte dos ajardinados, mas sim placas de estacionamento. Esta circunstância terá levado o autor a propor para os ajardinados poente e central o revestimento dos taludes com maciços arbóreo-arbustivos entre as plataformas dos ajardinados (com maior proximidade à avenida) e as placas de estacionamento da RUA António Patrício. Com esta opção, Ribeiro Telles para além de atenuar a perceção do desnível existente, promove significativamente a presença de vegetação no interior do conjunto habitacional, sem penalizar as áreas de recreio e a sua visibilidade de e a partir da avenida. Na disposição da vegetação, observa-se maior formalismo no ajardinado nascente, onde desenha canteiros de contorno retilíneo, aludindo à imagem dos canteiros de buxo dos jardins formais portugueses (Figura 8).

Posteriormente à elaboração do projeto de Ribeiro Telles, o arquiteto Lucínio Cruz projeta as garagens e as áreas comerciais (Costa, 2002: 115) que irão ocupar as zonas mais a norte dos ajardinados, incluindo as zonas de talude, o que irá introduzir alterações sobre a proposta inicial dos ajardinados, nomeadamente, na expressão da vegetação entre os blocos.

Figura 8. Av. EUA. Projeto dos Ajardinados

Fonte: AML, ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/PU/10/258, p.39.

Nota: CML \ DST-E \ 3ª Repartição – Arborização e Jardinagem.

Troço Praça Mouzinho de Albuquerque – Avenida de Roma. Ribeiro Telles, novembro de 1958. Plano Geral. Esc. 1/200.

5.3. Troço Av. Roma – Av. Rio de Janeiro

Proposta de Manuel Sousa da Câmara (1959-60)

O projeto dos ajardinados da Av. EUA para o troço entre as avenidas de Roma e Rio de Janeiro foi elaborado por Sousa da Câmara (1929-1992)⁶³ em 1959-60 após os projetos de Ribeiro Telles anteriormente mencionados e para a faixa verde central da Avenida.

Na elaboração deste projeto, o autor colhe a experiência de Ribeiro Telles, em particular, do projeto para o troço a nascente, face à localização e à similitude dos volumes edificados em presença. Sousa da Câmara recua as áreas de estadia relativamente à avenida, implantando-as preferencialmente do lado nascente do ajardinado (em posição protegida pelo bloco a norte), obtendo igualmente maior proteção às horas de maior insolação. O recuo de todas as áreas de estadia constitui um aspeto diferenciador da proposta de Ribeiro Telles. Interpreta-se como razão para esta opção a análise cuidada das condições de conforto bioclimático entre os blocos, como apresenta no anteprojecto do ajardinamento dos logradouros do conjunto habitacional do Montepio Geral na Av. do Brasil em 1963 (Neves et al., 2019). Os efeitos do aumento do trânsito na avenida, particularmente sentidos neste troço face à pendente e ao sentido ascendente, ocorre como uma segunda razão.

Como aspetos em comum com os projetos de Ribeiro Telles, salienta-se a faixa adjacente ao lado nascente dos blocos perpendiculares à avenida, na continuidade dos pisos térreos (que neste troço, contrariamente aos restantes, não se encontra completamente vazado) para acesso de viatura de emergência, assim como a localização do parque infantil no ajardinado central, aspetos que deveriam ser atendidos em resposta ao programa para os conjuntos habitacionais (CML, 1959: 2).

Em relação aos percursos, ambas as propostas apresentam ligações entre os blocos habitacionais segundo traçados retilíneos e as áreas mais abertas dos ajardinados, bem como percursos menos diretos de acesso a zonas de estadia informais em plano recuado do ajardinado, pontuadas com bancos de jardim. Da multiplicidade de acessos ao parque infantil, que ocorre em ambas as propostas, interpreta-se as intenções de garantir a equidistância a partir dos blocos, bem como a perceção do ajardinado enquanto equipamento da célula e não apenas do conjunto habitacional. Para o efeito, integra nos ajardinados percursos responsáveis pela continuidade da rede de percursos

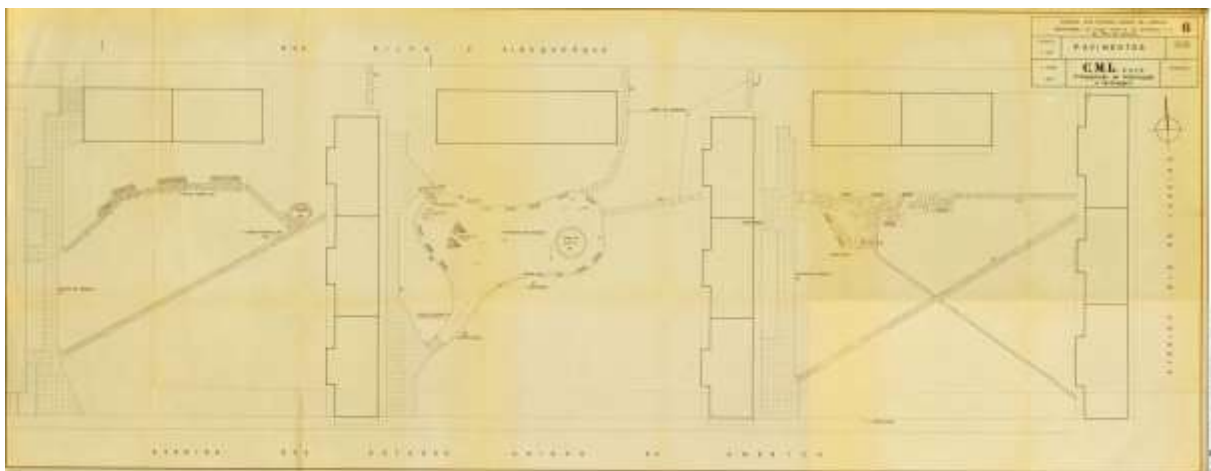
⁶³ Manuel Pereira da Nóbrega de Sousa da Câmara entrou para a 3ª Repartição – Arborização e Jardinagem em 1957 (Bettencourt da Câmara, 2015: 69).

pedonais prevista por Faria da Costa na aplicação do conceito de «unidade de vizinhança» em torno do equipamento escolar.

A observação da disposição dos bancos de jardim (Figura 9) permite observar outro aspeto que distingue os dois projetos. Enquanto Ribeiro Telles dispõe os bancos de jardim segundo linhas, orientando a observação para o lado oposto do ajardinado, Sousa da Câmara dispõe os bancos em redor das áreas de estadia, independentemente do seu maior ou menor formalismo.

O adensamento da vegetação junto aos blocos que rematam a norte os ajardinados e a libertação do interior para opções de recreio informal são aspetos comuns às duas propostas, embora na proposta de Sousa da Câmara o desenho determine áreas contínuas com maior expressão.

Figura 9. Av. EUA. Projeto dos Ajardinados



Fonte: AML, ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/PU/10/258, p.22_D1.

Nota: CML \ DST-E \ 3ª Repartição – Arborização e Jardinagem.

Troço Av. Roma – Av. Rio de Janeiro. Sousa da Câmara, 1959. Desenho n.º 5 - Pavimentos. Esc. 1/200.

À semelhança da análise efetuada no Quadro 1, no Quadro 2 a seguir apresentado sintetizam-se sensivelmente os mesmos itens observados, agora em fase de projeto e entre as propostas de Ribeiro Telles e Sousa da Câmara.

Quadro 2. Elementos de composição e função propostos para os Logradouros do lado norte da Av. EUA – Fase de Projeto

	Av. Aeroporto – Av. Rio de Janeiro				Av. Rio de Janeiro – Av. Roma			Praça Mouzinho de Albuquerque – Av. Roma		
Autor(es)	Ribeiro Telles (1958)				Sousa da Câmara (1962)			Ribeiro Telles (1958)		
Correspondência	Figura 6a				Figura 6b			Figura 6c		
Ajardinados	P	C1	C2	N	P	C	N	P	C	N
Composição										
Estar										
Esplanada	aE									
Bancos	c	c	•	•	c		c			c
Bancos Espaços Informais	c		c							
Zona de Estar	aE aA	c	aA		c		c			c
Recreio										
Jardim/Parque Infantil		c		•					c	
Jardim “Robinson”						c				
Área de Jogos				•						
Circulações										
De contorno			•		•	•	•	•	•	•
De atravessamento	•	•	•				•	•		
De acesso a zonas de estadia/recreio	•	•		•	•	•	•		•	•
Com traçado retilíneo	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Com traçado curvilíneo					•					
Vegetação										
Relvado	c	c	c		•	•	•	•		•
Arbustos (em canteiro)										•
Arbustos (em maciço)	pf	pf	pf	pf	pf	pf	pf	•		•
Arbustos (em talude)								•	•	
Árvores (pontuais)	•	•	•	•	•	•	•	•		•
Elementos d’água										
Tanque	•				•					
Funções Predominantes										
Enquadramento	•	•	•	•	•	•	•	•		
Estar	•	•			•	•	•			•
Recreio Informal	•	•	•		•	•	•	•		
Recreio Idade Pré-Escolar (3 aos anos)		•		•					•	
Recreio Idade Escolar (7 aos 12/14 anos)										

Fonte: elaboração própria.

6. Arranjo verde da faixa central e dos cruzamentos

Proposta de Ribeiro Telles (1958)

A definição do cruzamento das avenidas dos EUA e de Roma teve na proposta dos arquitetos Filipe Figueiredo (1913-1990) e Jorge Segurado (1951-52)⁶⁴ um dos grandes contributos, sendo desde logo incorporada na Planta de Divisão de Lotes dos Terrenos Situados na Av. EUA e no Cruzamento com a Av. Roma de 1951 (Figura 2). Contrariando a edificação em contínuo no contorno da praça⁶⁵, a proposta edifica quatro grandes blocos de treze

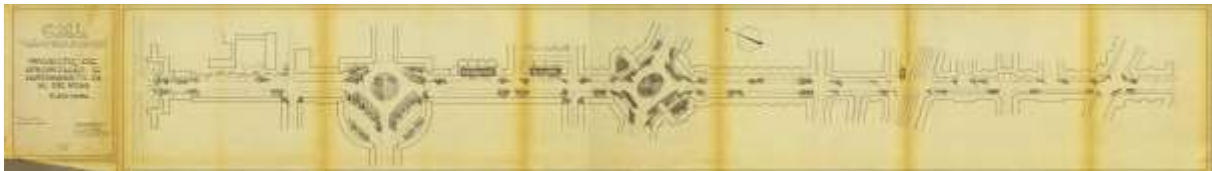
⁶⁴ Cruzamento das Avenidas de Roma e dos E.U.A. Jorge Segurado e Filipe Figueiredo, 1951. AML, ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/PU-10-2013, p.1 e seguintes.

⁶⁵ Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro - Esquema da Distribuição dos Diferentes Tipos de Edifícios (Esc. 1/2500). AML, ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0545,p.3.

pisos com implantação perpendicular entre si e rodada relativamente ao cruzamento das duas avenidas, constituindo um conjunto de “vibrante expressão formal desenvolvida com um rigoroso profissionalismo” (Tostões, 1994: 64) que rapidamente se tornou o “coração simbólico” da zona (Fernandes, 1999: 28).

Em 1955 a RAJ, pela mão de Ribeiro Telles, desenvolve o projeto de arborização para a Av. Roma que inclui o cruzamento com a Av. EUA (Figura 10) através de um rotunda de contorno ovoide enquadrada por quatro ilhéus direcionais com acesso pelos vértices das avenidas.

Figura 10. Projeto de Arborização e Ajardinamento da Av. Roma, 1955



Fonte: AML. Ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0596, p.17.
 Nota: CML \ DST-E \ 3ª Repartição – Arborização e Jardinagem.
 Desenho n.º 1 - Plano Geral, Esc. 1/1.000, Ribeiro Telles, 1955.

Ribeiro Telles prevê para o cruzamento das avenidas, em detrimento do recurso à caldeira, a plantação das árvores sobre a rotunda e os ilhéus direcionais por considerar reunir vantagens de ordem vegetativa. Na composição dos ilhéus direcionais propõe a plantação de maciços arbustivos do lado interior, protegendo do tráfego os passeios propícios à instalação de esplanadas, e expondo as áreas de relvado para o centro do cruzamento, aumentando assim as condições de visibilidade e de segurança em torno da rotunda e com ganho na leitura urbanística e arquitetónica dos blocos habitacionais.

Ribeiro Telles projeta a arborização da Av. EUA⁶⁶ (Figura 11) em maio de 1958, ou seja, entre os projetos dos ajardinados dos dois troços atrás mencionados, o que permite interpretar ter perspetivado o papel que a arborização da faixa central e dos passeios laterais poderia desempenhar na implementação de um corredor verde segundo o conceito de *continuum naturale* pela coesão dos ajardinados por ele projetados.

Figura 11. Av. EUA. Arranjo Verde da Faixa Central e dos Cruzamentos, 1958



Fonte: AML, ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/PU/10/258, p.34_D.
 CML \ DST-E \ 3ª Repartição – Arborização e Jardinagem
 Nota: Esc. 1/1.000, Ribeiro Telles, maio de 1958.

Neste projeto, o autor propõe para os passeios laterais da avenida espécies de grande porte e com copa de desenvolvimento colunar, como Ginkos (*Ginkgo biloba*), Grevíleas (*Grevillea robusta*), Choupos-brancos (*Populus alba*) e Freixos (*Fraxinus angustifolia*), com o objetivo de esbater a perceção da altura dos blocos habitacionais. No separador central da avenida, introduz para além das espécies referidas, outras igualmente de porte colunar como a Casuarina (*Casuarina tenuissima*), o Choupo-negro (*Populus nigra*) e o Ulmeiro (*Ulmus*

⁶⁶ Concretização do projeto em imagem da década de 1960. AML | núcleo fotográfico, ref. PT/AMLSB/ART/000141.

procera) e algumas espécies de copa arredondada, mas de grande porte, como o Plátano (*Platanus orientalis*) e o Lodão-bastardo (*Celtis australis*) aumentando assim significativamente a perceção da mancha de vegetação ao longo do corredor. A inexistência de um compasso de plantação regular, associado a uma alternância de espécies não ritmada, mas característica na região, permite interpretar a intenção de criar uma mancha de cariz naturalizado.

Em 1959 Ribeiro Telles tem a possibilidade de reforçar a mancha de vegetação ao longo da avenida, ao projetar os ajardinados para o lado sul no troço entre as ruas Frei Tomé de Jesus e Diogo Bernardes⁶⁷, provavelmente dos últimos projetos que desenvolve para o Bairro enquanto técnico da RAJ.

O somatório dos projetos elaborados por Ribeiro Telles na Av. EUA mencionados neste artigo constitui o exemplo da aplicação do conceito de *continuum naturale* introduzido por Caldeira Cabral no ensino da arquitetura paisagista em Portugal, mais tarde formalizado no *Plano Verde de Lisboa* (Telles, 1997).

Notas conclusivas

Os ajardinados do lado norte da Av. EUA de perímetro quadrangular constituem uma herança tipológica do processo de abertura do logradouro no Bairro de Alvalade, com início nos «Logradouros Comuns» das Células Habitacionais 1 e 2 (1946) e com sequência nos ajardinados de perímetro retangular dos conjuntos habitacionais da Av. Dom Rodrigo da Cunha e do Bairro das Estacas (1949).

Neste processo, e no domínio da arquitetura, o contributo das propostas de Manuel Laginha, Vasconcelos Esteves e Pedro Cid para o conjunto habitacional do troço entre as avenidas do Aeroporto e Rio de Janeiro (1954) e para o jardim (1956), constituíram um passo determinante, por darem sequência à edificação sobre pilotis de Ruy D'Athouguia e Formosinho Sanches no Bairro das Estacas (1949) e por introduzirem, de forma explícita, a circulação e a fruição numa lógica de plataforma única plurifuncional.

Em paralelo, o acompanhamento deste processo pela primeira geração de arquitetos paisagistas sob a alçada do Professor Caldeira Cabral, de forma mais efetiva aquando da sua integração no Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU) (1956-1959), permitiu introduzir na conceção dos espaços ajardinados e arborizados do Bairro os cânones da sua doutrina, a arte, a interdisciplinaridade técnica e artística (em particular com a arquitetura) e a ecologia.

Para o desenho de Ribeiro Telles terá contribuído a experimentação de soluções de desenho e de composição de espécies nos projetos para a Av. Dom Rodrigo da Cunha e para o Bairro das Estacas (1953) e a sua integração no GEU, constituindo este um momento estimulante da relação interdisciplinar entre arquitetos e arquitetos paisagistas, até então condicionada pelo desfasamento temporal entre os projetos de arquitetura desenvolvidos e acompanhados pela DSUO e os projetos de arborização e ajardinamento elaboradas na DST-E.

No contexto dos anteprojetos dos Planos de Urbanização elaborados no GEU, Ribeiro Telles observa a função dos ajardinados enquanto equipamento dos conjuntos habitacionais, incorporando nos ajardinados da Av. EUA os parques infantis com aspetos inovadores à época (contemplados no PDUL-1958) e que antecipam em quase quatro décadas muitos dos aspetos do decreto-lei n.º 379/97 de 27 de setembro, o primeiro diploma legal sobre Espaços de Jogo e Recreio publicado em Portugal.

A elaboração, praticamente em simultâneo, dos projetos para os ajardinados (1957-1959), e para a faixa central e para os cruzamentos (1958), permitiu a Ribeiro Telles conceber o ajardinamento e a arborização da avenida como um projeto único, seguindo uma lógica de incorporação de vegetação subjacente à aplicação do conceito de *continuum naturale*, adaptada às circunstâncias, às condicionantes e aos desafios colocados pelos projetos de arquitetura e dos arruamentos.

⁶⁷ CML. DST-E. 3.ª Repartição. *Avenida dos Estados Unidos da América. Troço Rua Frei Tomé de Jesus – Rua Diogo Bernardes. Lado Sul*, 1959. AML.

A análise sistemática dos projetos dos ajardinados de Ribeiro Telles para a Av. EUA entre os que elaborou para o Bairro colocam-nos num segundo momento autoral do autor, quando comparados com os projetos para o interior das células habitacionais. O recurso a formas regulares na pavimentação e a composição da vegetação em posições relativamente simétricas que se verificam, por exemplo, nas Células Habitacionais 6 e 7, dão lugar a formas menos regulares, por vezes de contorno orgânico, em que a disposição da vegetação associada à modelação do terreno relembram a paisagem natural.

Ao situarmos a conceção dos ajardinados da Av. dos EUA entre os Planos Diretores de Urbanização de Lisboa (1948 -1958), reconhecem-se contributos decisivos de ambos, dos estudos que lhe deram suporte, assim como das fases de planeamento intermédias de ajuste e de incorporação do conhecimento arquitectónico, reflexo dos novos modos de vida em sociedade e das perspectivas atualizadas de crescimento da cidade. Assim, na génese do processo de abertura do logradouro, identifica-se como decisiva a análise da cidade que informou o Plano De Gröer (que serviu igualmente de base ao *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro*). Para a conceção final dos ajardinados, em particular, no que concerne à conceção dos parques infantis, terão contribuído os estudos do PDUL-1958.

Referências bibliográficas

Anderson, S-I., Høyer, S. (2001) *C. Th. Soerensen: landscape modernist*. Pastorsvej Danish Architectural Press. ISBN 8774072234.

Alcântara, A. (2013) “Uma Geografia da Lisboa Operária em 1890”, *I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*, Lisboa, Março 2013.

Bento D’ Almeida, P. (2013) Bairro(s) do Restelo. Panorama Urbanístico e Arquitectónico, tese de Doutoramento em História da Arte Contemporânea sob a orientação da Professora Doutora Margarida Accialiaioli e do Professor Doutor Michel Toussaint Alves Pereira, Volume 1. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Bettencourt da Câmara, M. T. P. M. C. M. (2015) Contributos da Arquitectura Paisagista para o Espaço Público de Lisboa (1940-1970), tese de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Ecologia Urbana sob a orientação da Professora Auxiliar Teresa Dulce Portela Marques. Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Brito, V., Camarinhas, C. (2007) “Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa (1938)”, *Caderno do Arquivo Municipal*, 1ª Série, n.º 9, p.165-190. CML. Lisboa.

Cabral, F. C., Telles, G. R. (1960) *A Árvore em Portugal*. Ministério das Obras Públicas. Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização. Centro de Estudos de Urbanismo, em colaboração com o Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.

Cabral, F. C. (1993) *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*. Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa, ISBN: 972-8083-12-2.

Castel-Branco, C. (2010) “O Jardim Português e a História da Água nos Jardins”, in *A Água nos Jardins Portugueses*. Scribe. ISBN: 978-989-8410-08-5.

Costa, F. P. (1948) *Revista “Arquitectura: Revista de Arte e Construção”*, n.º 20 (fevereiro de 1948) a n.º 31 (junho/julho de 1949), Lisboa, 1948-1949.

Costa, J. P. (2002) *Bairro de Alvalade. Um Paradigma no Urbanismo Português*. Livros Horizonte. Faculdade de Arquitectura. ISBN: 972-24-1198-5.

- Fernandes, J. F. (1997) “As Avenidas de Lisboa”, in *Lisboa em Obras*. Coleção «Cidade de Lisboa» 30, pp.21-33.
- Lamas, J. M. R. G. (1993) “A Urbanística Formal Portuguesa e o Areeiro” in *Morfologia Urbana da Cidade*, pp. 281-292. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Magalhães, M. R. (2001) *A Arquitectura Paisagista. morfologia e complexidade*. Editorial Estampa, SA, ISBN: 972-33-1686-2.
- Marques de Almeida, S. C. V. C. (2009) O País a Régua e Esquadro. Urbanismo, Arquitectura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco. Dissertação para obtenção do grau de Doutor em História, na especialidade de Arte, Património e Restauro, com orientação da Professora Architecta Ana Cristina dos Santos Tostões e coorientação da Professora Doutora Maria João Baptista Neto. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras, 2009.
- Neves, J. R., Pinto, P. T. (2018) “Dialécticas Projectuais. Os contributos do Bairro de Alvalade para a Estrutura Verde da Cidade de Lisboa”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 36 (Jun/2018), pp.19-41.
- Neves, J. R., Pinto, P. T. (2019) “Logradouros do Montepio Geral. Heranças e Contextos na Avenida Alferes Malheiro e na Estrutura Verde do Bairro de Alvalade (1940-1970)”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 38 (Jun/2019), pp.117-151.
- República Portuguesa (1921) Censo da População de Portugal 1920 (6º Recenseamento Geral da População). Resultados Provisórios relativos às Cidades de Lisboa e Porto. Ministério das Finanças. Direcção Geral de Estatística. Lisboa, Imprensa Nacional.
- República Portuguesa (1933) Censo da População de Portugal. Dezembro de 1930 (7º Recenseamento Geral da População). Famílias, população de residência habitual e população de facto, distinguindo sexo, nacionalidade, naturalidade, estado civil e instrução. Direcção Geral de Estatística. Lisboa, Imprensa Nacional.
- República Portuguesa (1945) VIII Recenseamento Geral da População do Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940. Volume I – Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes). 1ª Parte – Quadros, Quadro 1. Instituto Nacional de Estatística (INE). Imprensa Nacional de Lisboa.
- Rodrigues, T., Ferreira, O. A. V. (1991) “As Cidades de Lisboa e Porto na viragem do Século XIX – Características da sua evolução demográfica: 1864-1930” pp. 297-324, *Congresso «O Porto de fim do século (1880-1910)»*. Ateneu Comercial no Porto, 31 de Janeiro a 6 de Fevereiro de 1991.
- Rodrigues, T. (1995) “A População Portuguesa nos Séculos XIX e XX. O acentuar das assimetrias de crescimento regional”, *Revista População e Sociedade*, pp.57-72. Centro de Estudos da População Economia e Sociedade.
- Silva, Ana R. P. (2012) Limen – a soleira: estudo do espaço de transição interior/exterior da habitação relações sociais e identidade, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura sob orientação do Professor Doutor João Paulo Martins. Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura.
- Silva, C. N. (1986) “A «Urbanística» do Estado Novo (1926-1959): Nem Nacional Nem Fascista”, *Atas do Colóquio sobre o Estado Novo: das origens ao fim da Autarquia: 1926-1959*, pp.377-383.
- Telles, G. R. (Coordenação) (1997) *Plano Verde de Lisboa. Componente do Plano Director Municipal de Lisboa*. Edições Colibri, Lisboa. ISBN: 972-8288-743.
- Tostões, A. (1994) “Lisboa: arquitectura nos Anos 50”, in *Lisboa* (compilação de João Pedro Martins. Itália: Rassegna, pp.63-71.
- Tostões, A. (2002) “Alvalade, uma experiência pioneira de habitação colectiva: quando a habitação é capaz de fazer cidade”, *J-A. Jornal arquitectos*, n.º 204 Jan-Fev. pp.42-47.

Arquivo Municipal de Lisboa | núcleo Arco do Cego

Câmara Municipal de Lisboa - CML (1938). Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa. D.S.U.O. Lisboa, 1938.

Câmara Municipal de Lisboa - CML (1948a). Plano Director de Lisboa. Iª Parte – Nota Introdutória. Lisboa.

Câmara Municipal de Lisboa - CML (1948b). Plano Director de Lisboa. Iª Parte – Análise do Estado Actual. Ponto B – Espaços Livres. Lisboa.

Câmara Municipal de Lisboa - CML (1948c). Plano Director de Lisboa. IIª Parte - Previsões do Plano Director, Volume 1, B – Zonamento. Lisboa.

Câmara Municipal de Lisboa - CML (1948d). Plano Director de Lisboa. IIª Parte - Previsões do Plano Director, Volume I, C – Melhoramentos das Circulações, II – Rêde Rodoviária.

Câmara Municipal de Lisboa - CML (1948e). Plano Director de Lisboa. IIª Parte - Previsões do Plano Director, Volume II, E – Saneamento, 5 – Princípios de Edificação. Lisboa.

Câmara Municipal de Lisboa - CML (1949) Relatório “A Arborização do Sítio de Alvalade”. Direção dos Serviços de Urbanização e Obras (DSUO).

Câmara Municipal de Lisboa - CML (1956a). Blocos de Habitação para a Avenida dos Estados Unidos da América (Troço da Av. do Aeroporto – Av. do Rio de Janeiro). Estudos dos Espaços Públicos. Arquitetos Manuel Laginha, Vasconcelos Esteves e Pedro Cid, 1956.

Câmara Municipal de Lisboa - CML (1956b). Arranjo do Campo Grande. Estudo-Base. Gabinete de Estudos de Urbanização, 1956.

Câmara Municipal de Lisboa - CML (1957a). Ajardinados da Avenida dos Estados Unidos da América. Ante Projeto. Memória Descritiva.

Câmara Municipal de Lisboa - CML (1957b.) Urbanização Praça de Espanha, da Artéria em Prolongamento da Avenida António Augusto de Aguiar, da Palhavã e de Sete Rios. Estudo-Base. Gabinete de Estudos de Urbanização. Fevereiro de 1957.

Câmara Municipal de Lisboa - CML (1957c.) Urbanização do Vale Escuro. Estudo-Base. Gabinete de Estudos de Urbanização. Novembro de 1957,

Câmara Municipal de Lisboa - CML (1957d.) Urbanização de S. Mamede, Mercês, Bairro Alto e Santa Catarina. Estudo-Base. Gabinete de Estudos de Urbanização. Dezembro de 1957.

Câmara Municipal de Lisboa - CML (1959). DST-E. 3ª Repartição. Avenidas dos EUA. Ajardinados, no Troço entre a Av. de Roma e a Avenida dos EUA. Memória Descritiva.

Arquivo do Ministério de Economia.

Câmara Municipal de Lisboa - CML (1945). *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro*. Vol. I. I – Memória Descritiva. D.S.U.O. Lisboa, 1945.

Gabinete de Estudos Olissiponenses

Câmara Municipal de Lisboa - CML (1958a) Plano Director de Urbanização de Lisboa. Volume 1 – Lista dos Técnicos.

Câmara Municipal de Lisboa - CML (1958b) Plano Director de Urbanização de Lisboa. Volume 5.3. Ponto 4.1 – Plano De Gröer.

Câmara Municipal de Lisboa - CML (1958c) Plano Director de Urbanização de Lisboa. Volume 5.3. Ponto 4.4 – Zonamento da Cidade.

Câmara Municipal de Lisboa - CML (1958d) Plano Director de Urbanização de Lisboa. Volume 5.3. Ponto 4.5 – Equipamentos Espaços Verdes Especiais.

Legislação

Decreto n.º 15:289, de 30 de março 1928. Diário do Govêrno, Série I, N.º 74/1928

Decreto-Lei n.º 24.802, de 21 de dezembro de 1934. Diário do Govêrno, I Série, N.º 299.

Decreto-Lei n.º 36:212, de 7 de abril de 1947. Diário do Governo, I Série, N.º 78.

Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro. Diário da República, 1ª Série, N.º 298.

Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19 de maio. Diário da República, 1ª Série, N.º 96.

Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro. Diário da República, 1ª Série, N.º 182.

Sítios consultados

Algarve Informativo | arquiteto Manuel Laginha, disponível em: <https://algarveinformativo.blogs.sapo.pt/loule-relembra-arquiteto-manuel-laginha-156747>

Câmara Municipal de Lisboa | Arquivo Municipal (AML), disponível em: <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AH;AI;AC;AF>

Câmara Municipal de Lisboa | Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa (1938), disponível em: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/97.pdf>

Câmara Municipal de Lisboa | Evolução do Planeamento Urbano de Lisboa, disponível em: <https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/evolucao>

Câmara Municipal de Lisboa | Corredores Verdes, disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes>

Câmara Municipal de Lisboa | Gabinete de Estudos Olissiponenses, disponível em: <http://geo.cm-lisboa.pt>

Câmara Municipal de Lisboa | Lisboa interativa, disponível em: <http://lxi.cm-lisboa.pt/>

Câmara Municipal de Lisboa | Toponímia, disponível em linha em: <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia/>

Fundação Calouste Gulbenkian | Museu | Pedro Cid, disponível em: <https://gulbenkian.pt/museu/colecao-do-fundador/o-edificio/pedro-cid>

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana – IHRU, disponível em linha em: <http://www.ihru.pt/>

Ordem dos Arquitetos | João de Barros e Vasconcelos Esteves, disponível em: <http://arquitectos.pt/?no=2020495283,154>

RCAAP Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal, disponível em: <https://www.rcaap.pt/>

Portal do Jardim | Prof. Francisco Caldeira Cabral, disponível em: <http://proffranciscocaldeiracabral.portaldojardim.com/biografia/a-formacao-de-arquitecto-paisagista-a-escolha-de-berlim/>